

EXTRA

CLASSE.ORG.BR

ANO 27 | Nº 269 | NOVEMBRO DE 2022

ENTREVISTA

O físico e astrônomo
Marcelo Gleiser fala sobre
ciência e espiritualidade

EDUCAÇÃO

Acertos e erros na inclusão
de estudantes com deficiência
nas escolas privadas gaúchas



Artes: Fabio Edy Alves sobre fotos de José Cruz (Aba) e CUT

O sofrimento mental com a política

Especialistas explicam por que as técnicas de neurociências que buscam
engajamento político-eleitoral também provocam pânico, depressão e adoecimento

Negacionismo eleitoral é o pesadelo das democracias

Em um dia em que este editorial está sendo escrito, 8 de novembro, os eleitores dos EUA realizam eleições para renovar parte do Congresso (100% da Câmara e 1/3 do Senado), além de eleger cargos estaduais. Com isso, define-se o tamanho do poder e das dificuldades do presidente para fazer avançar ou não sua agenda no Parlamento.

Em uma reprise do que o ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump fez em 2020, os negacionistas eleitorais de 2022 propagam *fake news* sobre as eleições e amedrontam os eleitores. O negacionismo eleitoral se tornou o maior pesadelo do presidente norte-americano democrata, Joe Biden, e poderá ser também o sonho ruim de Lula.

Os negacionistas trumpistas do Hemisfério Norte, assim como os bolsonaristas daqui, pregam em suas bolhas a fidelidade à chamada “Grande Mentira”, colocando em dúvida a lisura das eleições e a legitimidade das urnas. Assim criam um mundo paralelo, com realidade paralela e com uma realidade alternativa.

Lá, os candidatos que abraçam as falsas teorias de fraude são justamente os apoiados pelo ex-presidente Trump e se encontram justamente nos estados que decidirão quem controlará a Câmara dos Representantes e o Senado: Pensilvânia, Arizona, Michigan, Flórida, Texas, Wisconsin e Geórgia. Pesquisas apontam que podem lograr êxito em fazer grandes bancadas no Congresso norte-americano.

Olhar para os EUA hoje, assim como para outros países que enfrentam o negacionismo eleitoral da extrema-direita, antecipa o que veremos no Brasil em breve. A extrema-direita lá e aqui mais do que flerta com o golpismo e, por mais patético que possa parecer – já que tudo acaba em meme –, elas representam uma real ameaça.

A persistência nos atos antidemocráticos brasileiros dá a impressão de volume, pois sabem que estão ocupando os espaços políticos e nos noticiários. A paralisação dos caminhoneiros em dezenas de rodovias brasileiras foi nossa invasão do Capitólio, ressalvadas as devidas proporções.

Em Porto Alegre, por exemplo, sede deste periódico, grupos bolsonaristas já emendaram vários dias de protesto e vigília junto ao quartel do Comando Militar do Sul, no Centro Histórico da capital dos gaúchos.

O próprio prefeito Sebastião Melo (MDB), aliado do bolsonarismo,

foi oficiado pelo Ministério Público Federal (MPF), junto com o Ministério Público Estadual (MPRS) e o Ministério Público de Contas (MPC), cobrando medidas para desbloquear as vias públicas interditadas pelos manifestantes.

Enquanto a prefeitura nada faz, manifestantes golpistas pregam “intervenção federal” ou a “intervenção”, como foi flagrada uma faixa por fotógrafos. Assim como os trumpistas nos EUA, os apoiadores de Bolsonaro, fardados com suas camisetas da CBF e portando suas bandeiras do Brasil, onde está escrito “Ordem e Progresso”, apregoam o descumprimento da Constituição e causam desordem. Desde o final das eleições, 30 de outubro, eles obstruem a passagem de veículos e pessoas em determinados pontos, mantendo carros de som com hinos patrióticos e discursos motivacionais aos manifestantes.

“O ofício também solicita a identificação e multa dos proprietários dos veículos que permanecem em vias públicas para efetivar ou apoiar os bloqueios”, informa o texto. Melo, que apoiou as candidaturas de Jair Bolsonaro (PL) para a presidência e de Onyx Lorenzoni (PL) para o governo do Estado, tem 24 horas para responder a partir desta data, 8 de novembro.

Em Caxias do Sul, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) autuou a Fábrica Nacional de Amortecedores (FNA) por locaute (*greve de patrões*). A empresa fechou e orientou os trabalhadores a irem para a manifestação que ocorre em frente ao 3º Grupo de Artilharia Antiaérea, com o mesmo teor golpista que o protesto na capital.

Atos como esses acontecem na esteira dos bloqueios que foram realizados nas rodovias em diversas regiões do país na semana passada. No Distrito Federal, o MPF suspeita de financiamento oculto na paralisação dos caminhoneiros.

Não bastasse isso, no noroeste do estado, listas de empresas e eleitores considerados petistas são divulgadas para que sofram boicotes.

Caso as instituições democráticas não punam exemplarmente os fomentadores-financiadores de atos fascistas, nazistas e antidemocráticos que vêm agindo à margem da lei e da Constituição, a democracia ficará cada vez mais fragilizada.

Os EUA terão de punir Trump e seus asseclas. E aqui?

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

ENTREVISTA

O físico e astrônomo Marcelo Gleiser fala sobre ciência e espiritualidade

EDUCAÇÃO

Acertos e erros na inclusão de estudantes com deficiência nas escolas privadas gaúchas



O sofrimento mental com a política

Especialistas explicam por que as técnicas de neurociências que buscam engajamento político-eleitoral também provocam pânico, depressão e adocimento

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estagiário em Jornalismo: Douglas Glier Schütz

Colaboradores: Adriana Lampert, Demetrius Ricco Ávila, Juan Ortiz, Marcelo Menna Barreto, Maurício Brum e Sílvia Lisboa

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

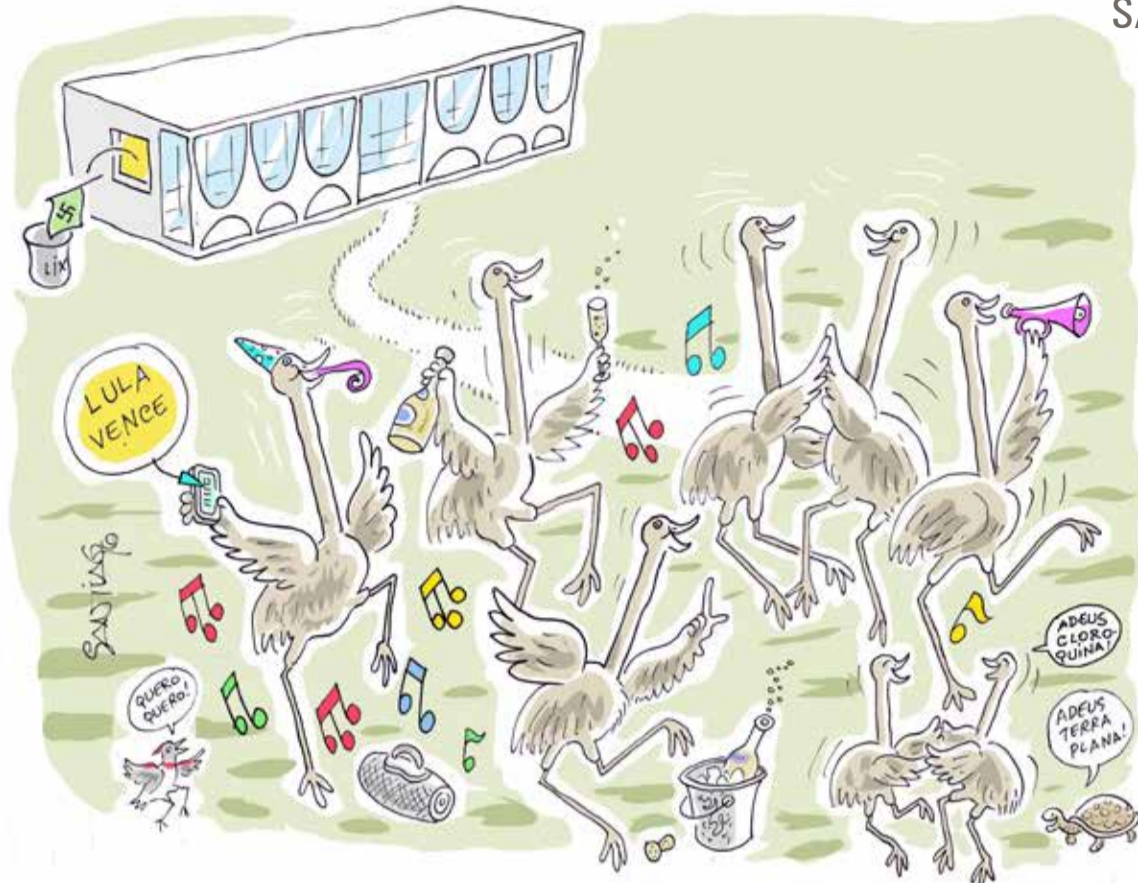
Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

Taxa de hospitalização

Foto: Tony Winston/ Agência Saúde DF



Desde 2016, a taxa de hospitalização por desnutrição entre bebês menores de um ano vem subindo no Brasil, mas chegou à pior marca em 2021, com 113 internações para cada 100 mil nascidos vivos, um aumento de 51% em relação a 2011, quando o país registrou 75 hospitalizações de bebês para cada 100 mil nascidos vivos, a menor taxa do período analisado, considerando os anos completos (2009-2021).

A tendência é diferente da observada no número de mortes e na taxa de mortalidade pela mesma causa nessa faixa etária, que registra queda constante desde 2009 e chegou à menor marca em 2020, último ano com dados consolidados.

Região Sul registrou queda

A Região Sul foi a única que apontou queda na taxa de hospitalização por desnutrição em menores de um ano entre 2020 e 2021. Já a Região Centro-Oeste foi a que registrou o maior aumento: 30% entre o primeiro e o segundo ano da pandemia.

Ainda assim, a pior taxa de hospitalização por desnutrição ocorreu no Nordeste, região onde foram informadas 171 internações de bebês menores de um ano para cada 100 mil nascidos vivos em 2021, 51% acima da taxa nacional.

Taxa de internações de bebês com desnutrição é a maior em 13 anos

Um levantamento feito pelo Observa Infância, da Fiocruz, mostra que a taxa de desnutrição de bebês cresceu no país. Conforme dados do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2021, foram realizadas 2.979 hospitalizações abaixo de um ano de idade, o maior número absoluto dos últimos 13 anos.

Foram hospitalizadas por dia, em média, 8 crianças nessa faixa etária devido à insegurança alimentar. Já de janeiro a agosto de 2022, foram internados 2.115 bebês por falta de alimentação adequada. Se comparada ao ano anterior, houve uma elevação na taxa em 7% em menos de um ano.

Os dados apontam que bebês negros (pretos e pardos) respondem por dois de cada três internações por desnutrição registradas entre janeiro de 2018 e agosto de 2022 no sistema público de saúde.

Para o cálculo, foram considerados apenas os casos em que há registro de raça/cor. Entre 2018 e 2021, o país registrou 13.202 hospitalizações por desnutrição entre menores de um ano. Destas, 5.246 foram de bebês pretos e pardos, mas falta informação sobre raça/cor em um de cada três registros.

“Ainda precisamos melhorar

muito a identificação por raça e cor nos nossos sistemas de informação, mas com os dados que temos, é possível afirmar que temos uma proporção maior de crianças pretas e pardas internadas por desnutrição”, afirma Cristiano Boccolini, pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz) e coordenador do Observa Infância.

Para o número de internações por desnutrição (2009-2021), Boccolini trabalhou com dados do Sistema de Informações Hospitalares

(SIH) consultados em 18 de outubro deste ano. Para os registros de 2022, o coordenador do Observa Infância usou dados consultados em 24 de outubro.

Para as taxas de hospitalização e mortalidade, o cálculo também incluiu dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disponíveis até o ano de 2020. Os dados coletados no SIM podem sofrer alterações devido ao tempo necessário para finalizar os registros no sistema.

Foto: Tony Winston/ Agência Saúde DF



Espiritualidade em um mundo material



Fotos: Eli Burakian

por Marcelo Menna Barreto

O físico e astrônomo Marcelo Gleiser não é de hoje um dos cientistas brasileiros de grande projeção internacional. Membro da Academia Brasileira de Filosofia, ex-conselheiro geral da *American Physical Society*, em 2019, ele foi o primeiro latino-americano a receber um dos mais consagrados prêmios do mundo, o Templeton, considerado o "Nobel da espiritualidade".

Confrontado sobre a visão clássica de um cientista cético, envolto em números para confirmar uma teoria, a resposta vem na ponta da língua para quem, no senso comum, estranha ele figurar ao lado de Madre Tereza de Calcutá, Dalai Lama e Desmond Tutu. "Depende de como se olha para a ciência e depende como se define espiritualidade", diz.

Professor titular de Filosofia natural e de Física e Astronomia na *Dartmouth College*, universidade norte-americana fundada em 1769, ele afirma ter agora como missão não ser mais um dos pensadores críticos pessimistas, que, destaca, são a maioria. É importante sair do óbvio que o mundo está em crise e buscar as formas de saídas dessa crise.

Lançando pela editora Record *O Tempo e a Vida*, um diálogo entre ele e o filósofo Mario Sergio Cortella, o primeiro de uma trilogia de conversas que inclui o historiador Leandro Karnal e a monja Coen (budista), Gleiser desdobra ainda nesta entrevista para o *Extra Classe* questões que parecem ser paradoxais, como a ciência x espiritualidade e a ciência x crenças religiosas. No final, lembrando sua missão evidenciada, deixa escapar que, em breve, deve estar lançando nos Estados Unidos um livro que "vai se chamar algo como *O Despertar da Mente Cósmica – Um manifesto para um futuro da humanidade*"

Extra Classe – Você inicia agora uma série de livros com diálogos seus com outros pensadores feitos em videoconferências. Em síntese, qual é a motivação de um físico que, no estereótipo clássico, é uma pessoa envolta em números, em publicar essas conversas com um filósofo, um historiador e uma monja budista?

Marcelo Gleiser – Faz parte da minha trajetória profissional mostrar que a ciência não existe isolada na academia, nos confins das torres de marfim, nos departamentos de física, química. Ao contrário, a ciência é uma manifestação cultural da humanidade e que deve trocar conhecimentos com as outras disciplinas também. Então, essas conversas são uma maneira de abrir essa dinâmica, não só para uma conversa entre mim, o Mario Sergio (*Cortella*), o Leandro Karnal e a monja Coen, mas para um mundo muito mais amplo.

EC – O processo via conferência teve a ver com a pandemia ou por uma questão de localização mesmo, uma vez que você reside nos Estados Unidos?

Gleiser – Tem a ver com a pandemia enquanto incubadora. Eu tinha um canal no YouTube, mas não dava muita bola para ele. Durante a pandemia, eu percebi que as pessoas estavam precisando desses encontros, dessa troca de informações, dessa companhia mesmo que digital. Daí eu criei o *Papo Astral* que deu supercerto.

EC – Muitos cientistas se declararam ateus e manifestam-se contra religiões. Você está mais associado ao agnosticismo e a uma linha de convivência respeitosa entre a ciência e a religião. Sempre pensou assim?

Gleiser – Eu sempre pensei assim. Eu acho que, talvez, eu tenha ficado um pouco menos radical. Quer dizer, quando era mais jovem, eu não me preocupava muito com questões religiosas porque eu estava muito ocupado fazendo contas (*risos*), como você falou, escrevendo artigos mais técnicos. Com o passar do tempo, comecei a me interessar mais. Eu sempre fui uma pessoa que pensa historicamente sobre as coisas. Se olhar os meus livros, verá que eles apresentam sempre o desenvolvimento histórico do conhecimento científico. Você não pode falar sobre a história da ciência sem falar sobre religião, sem falar sobre filosofia. Há um encontro de disciplinas que é absolutamente necessário para a gente entender o contexto em que, vamos dizer, o Galileu pensou, Newton pensou, Einstein pensou. Para mim, isso faz parte dessa conversa.

EC – O que dizer de ateísmo x agnosticismo?

Gleiser – Acho que o problema de ateísmo e agnosticismo é que as definições são um pouco, vamos dizer assim, permeáveis. Elas não são muito claras e as pessoas meio que se confundem. Então, quando se fala o que é ateísmo, muitos ateus pensam da forma que

eu penso e eu me considero um agnóstico. Mas Richard Dawkins (*Nota da redação: Clinton Richard Dawkins é etólogo, biólogo evolutivo e escritor britânico*) e outros pensadores, especialmente de uns dez anos atrás, tentaram criar um humanismo extremamente radical, dizendo que quem pensa religiosamente é um louco essencialmente (*risos*), que está em delírio; tem um livro do Dawkins que se chama *Deus, esse delírio*, uma coisa assim. Isso é um absurdo porque você não pode ver a religião apenas como uma fé no sobrenatural. Tem que ver a religião como um processo social extremamente importante que, para muita gente, é absolutamente essencial porque dá à pessoa uma identidade, uma dignidade de vida, um senso de comunidade. Daí vem um cara da Universidade de Oxford, da Inglaterra, que não tem o menor contato com esse tipo de importância social, e começa a falar essas coisas que são totalmente absurdas para alguém que vai na igreja domingo para poder encontrar pessoas que são como ela. Essa arrogância desse ateísmo mais radical é realmente meio cego em relação ao papel superimportante do ponto de vista social, emocional mesmo, das religiões que existem mundo afora.

EC – Interessante que, antes de você, outros físicos também receberam o Templeton. Pode me falar um pouco sobre esse estereótipo de uma pessoa, digamos, envolta em números para

“O prêmio Templeton celebra pessoas que têm um pensamento que enriquece a espiritualidade humana.”

se comprovar teorias. Há aí uma quebra de expectativas do senso comum, não?

Gleiser – Depende de como se olha para a ciência e depende como se define espiritualidade. O prêmio Templeton celebra pessoas que têm um pensamento que enriquece a espiritualidade humana. Sem dúvidas, para um rabino, para um padre ou um monge, espiritualidade em geral tem uma relação com a questão do espírito, com o sobrenatural, mas se tem também outra visão de espiritualidade que é uma visão secular. Uma espiritualidade que não é associada a nada, vamos dizer assim, sobrenatural. São essas pessoas na esfera científica que recebem esse prêmio. Seria o caso de pensadores científicos que celebram a ciência como uma manifestação da espiritualidade humana no que tange ao fato de que nós temos esse fascínio com o mistério de quem nós somos; a existência de tantas questões que não temos respostas e nem se sabe como responder, essa ideia de que nós, seres humanos, somos criaturas preocupadas com o desconhecido. Tem a ver com o fato da gente entender que somos criaturas que entendem que nós pertencemos

RESOLVA SUAS DÚVIDAS JURÍDICAS DE FORMA PRÁTICA, RÁPIDA E 100% ONLINE.

O Cainelli Advogados é uma assessoria jurídica que conta com especialistas na defesa dos direitos de professores, e que oferece **consultas gratuitas** aos representados pelo SINPRO/RS.

Agende agora um atendimento remoto ou presencial e descubra tudo o que podemos fazer na luta pelos seus direitos previdenciários e trabalhistas.

Acesse o QR Code e fale com um de nossos especialistas.



CAINELLI
ADVOGADOS

AO SEU LADO,
POR SEUS
DIREITOS.

cainelliadvogados.com.br

51 98060.3579

Porto Alegre
Av. Praia de Belas, 1212, sala 1321
51 3237.2791

Bento Gonçalves
R. General Osório, 248 - Centro
54 3452.1908

ceamos a uma realidade muito mais ampla do que aquilo que podemos captar. Através da prática da ciência, você desenvolve uma prática espiritual também. O fazer ciência para o Einstein e um monte dessas pessoas que ganharam o Prêmio Nobel, para mim, é uma prática espiritualizada.

EC – E como um físico como você encara a questão da fé?

Gleiser – Fé é uma coisa que todos nós, seres humanos, temos. Não interessa se é fé em Deus ou se tem fé que o seu filho vai ser campeão de futebol ou o seu clube, seja lá qual for. A fé que é essa capacidade de acreditar em alguma coisa com muita força sem uma evidência concreta. Essa é a definição de fé, vamos dizer assim. E toda ciência começa um pouco com a fé. Afinal de contas, você tem que acreditar na sua teoria, na sua ideia, antes de comprová-la através de observações, de cálculos, etc. Então, existem tipos de fé diferentes. Você pode ter a fé em uma entidade sobrenatural, que é uma fé religiosa mais tradicional, e pode ter fé em ideias, em teorias que você vai querer demonstrar ao longo da sua carreira científica.

EC – E a transcendência?

Gleiser – A questão da transcendência é superinteressante. Significa que nós, seres humanos, temos essa urgência de sermos mais do que somos, transcender as nossas barreiras espaciais e temporais. É a ideia de que nós podemos projetar a nossa existência para dimensões que são muito maiores do que alguém estar falando comigo em uma sala, em um determinado momento do tempo. Acho que a ciência tem um lado transcendente porque ela eleva o pensamento humano a uma esfera muito distante do nosso dia a dia. A ciência pode ser usada como esse portal de transcendência a realidades muito mais amplas que as do nosso dia a dia.

EC – Me parece que aí você está falando um pouco no sentido de legado. No ponto de vista religioso tradicional, a transcendência entra na questão da vida eterna, por exemplo. A transcendência do espírito. Como você vê isso?

Gleiser – Essa é uma conversa que, no primeiro livro, *O Tempo e a Vida*, com o Mario Sergio Cortella, explora em detalhes. O Mario Sergio tem uma preocupação com a "obra", como ele chama, que é justamente essa questão do legado. A vida que é bem vivida, que faz sentido, que se preocupa com o outro, é uma vida que vai deixar algo. E não precisa ser uma grande sinfonia, uma grande teoria. Pode ser também a receita da vovó que você continua fazendo décadas depois; uma coisa que mantenha a permanência da pessoa no mundo, mesmo que essa pessoa tenha ido para outro mundo ou para onde você quiser que ela vá, não é?

EC – A ideia da morte...

Gleiser – A ideia de se deixar um legado, criar um significado na sua vida para que outras pessoas possam apreciar, mesmo depois de você ter morrido. A ideia da morte é mais complicada (risos), mas é óbvio que, por exemplo, todo artista, todo escritor, todo cientista tem uma preocupação com um legado. Consciente ou inconsciente, é óbvio que a gente quer que as pessoas lembrem da gente. Eu acho que você só morre quando as pessoas deixam de lembrar que você existiu. Isso é uma coisa muito importante. Os meus tataravós lá da Ucrânia, eu não tenho a menor ideia de quem eles eram. Mas se eles tivessem escrito um livro, tivessem criado alguma coisa com que eu pudesse me relacionar com eles ou com a mentalidade deles, eles estariam presentes ainda. Essa perda de memória é que assusta muito as pessoas. É você deixar de ser, deixar de existir. Daí que vem a questão da "vida eterna", mas essa aí não é minha maneira de lidar com essa questão. Sei lá o que acontece depois.

EC – Quais grandes descobertas científicas o senhor espera no futuro próximo? Como o recém-lançado telescópio espacial James Webb pode contribuir para isso?

Gleiser – Talvez a mais interessante de todas, a mais impactante, seja a confirmação de vida extraterrestre. Essa é uma das missões principais do James Webb. A gente

vai poder analisar a composição química das atmosferas desses planetas distantes para ver se há vida, se é que existe. Se esses planetas deixaram algum sinal lá que a gente possa detectar atividade biológica, da mesma forma com que um ET olhando para a atmosfera da Terra pode verificar que, sem a menor dúvida, existe vida aqui. Um planeta que tem vida tem assinaturas que a gente chama de bioassinatura, que podem ser detectadas à longa distância. O James Webb tem a capacidade de fazer isso e a gente acha que em dez anos, talvez menos, possamos ter uma resposta relativamente precisa sobre a existência, pelo menos, de vida simples, unicelular, bactéria; não estou falando de ET que constrói foguetes. Isso vai ser muito, muito interessante. Tanto a resposta positiva quanto uma resposta negativa. Ambas são muito interessantes.

EC – A sua geração viu inúmeros avanços tecnológicos melhorarem a vida das pessoas (comunicações, transportes, medicamentos, oferta de alimentos, etc). Em um mundo com mudanças climáticas e concentração de renda aceleradas, disputas militares e econômicas mais intensas, como você vê o futuro das próximas gerações?

Gleiser – Acho que existem dois tipos de pensadores críticos hoje em dia. Tem os otimistas, que são raríssimos, e os pessimistas, que são a maioria absoluta. Você olha para o Luck Ferry (*Nota da redação: filósofo, professor de Filosofia e ex-ministro da Educação da França*), olha para o Harari (*Nota da redação: Yuval Noah Harari, professor israelense de História e autor do best-seller internacional Sapiens: Uma breve história da humanidade*) e é o fim do mundo que está chegando. Na minha opinião, é muito fácil fazer esse papel da pessoa que diz que o mundo vai acabar, que a gente está perdido. O mais difícil é tentar se criar soluções que mudem a nossa perspectiva.

EC – Tipo?

Gleiser – De, como seres humanos, como reinventar a nossa relação com o planeta, com a vida



“A questão da transcendência é superinteressante. Significa que nós, seres humanos, temos essa urgência de sermos mais do que somos”

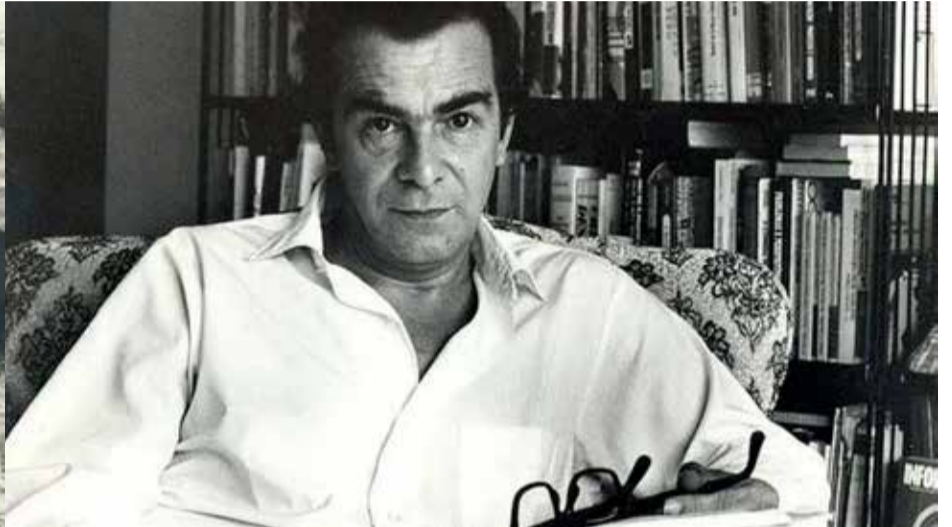
no planeta e entre seres humanos. Para mim, a minha missão agora é essa. Não ser mais um dos pessimistas e ficar falando 'é, o aquecimento global, a superpopulação, o desequilíbrio social, tudo isto vai levar à crise'. Claro que está levando à crise! Isso a gente já sabe. A questão é o que a gente pode fazer para mudar essa história. Por exemplo, o livro que eu escrevi *O Caldeirão Azul: O Universo, o Homem e seu Espírito* (Record) coloca umas ideias lá, mas estou terminando agora um que acho mais importante e que deve sair aqui nos Estados Unidos no ano que vem, que vai tratar justamente de como mudar essa história.

EC – E como mudar essa história?

Gleiser – Para mudar, a gente tem que mudar como a gente pensa a ideia de como nós somos. De onde que vem essa retórica de que nós somos os reis da Terra, do planeta? De que a gente está acima da natureza, que está acima dos animais; que a gente pode matar uma vaca porque ela é inferior a nós, que a gente pode cortar uma árvore porque ela não tem valor ético ou moral, que é um pedaço de madeira. Essa história que a gente está contando há séculos é uma história errada e destrutiva. A gente precisa contar outra história.

Darcy Ribeiro, cem anos: educação e desenvolvimento nacional

Fotos: Fundação Darcy Ribeiro (Fundar)/Divulgação



Entre as efemérides de grande significado para nós, brasileiros, carregadas pelo corrente ano, destaca-se o centenário de nascimento de Darcy Ribeiro. Multifacetada, caleidoscópica: a trajetória de Darcy – militante comunista na juventude, antropólogo, indigenista, político, educador, romancista – é reveladora de um polímata dos trópicos. À compreensão satisfatória de suas ideias e à exposição de suas inúmeras realizações, caberia redigir uma análise deveras abrangente. Contudo, limitações de espaço impõem uma seletividade que coloca em primeiro plano o Darcy Ribeiro educador; a bem da verdade, não por exato um teórico da educação, senão o criador de políticas e instituições educacionais com vistas ao desenvolvimento do país, sedimentadas na vida brasileira, em maior ou menor medida, desde a década de 1960.

Ainda em 1959, quando trabalhava junto a Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), dirigindo o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), Darcy Ribeiro desponta como figura pública – vale dizer, como quadro político combativo que logo se atrelaria ao antigo PTB – ao polemizar com o então depu-

tado federal udenista Carlos Lacerda. A polêmica orbita em torno do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nossa primeira LDB (mais tarde, Lei 4.024/61). Tendo proposto na Câmara Federal um substitutivo ao referido projeto, no intuito de lograr o direcionamento de recursos estatais para a ampliação de redes privadas, em prejuízo da construção de estabelecimentos públicos de ensino, Lacerda desperta a indignação de Darcy e Anísio, assim como de parte significativa da intelectualidade brasileira. Cabe a menção de que a querela em torno desta LDB impulsionou a redação do *Manifesto dos Educadores* (1959), chamando uma vez mais ao combate pela educação pública e estatal muitos dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, além de novos nomes, como Darcy e Florestan Fernandes. Nesse ínterim, em páginas de jornal, Darcy Ribeiro regala a Carlos Lacerda com a alcunha de “coveiro da educação pública”.

Essa polêmica transcorria durante o governo Juscelino Kubitschek, e o zênite do seu desenvolvimentismo era a construção de Brasília, púbere Capital do Brasil, que demandava uma nova uni-

versidade. Logo, a incumbência de projetá-la recaí sobre Anísio Teixeira e Darcy, a partir do que virá à luz a UnB – um rebento da fé desenvolvimentista, concebida como contraparte à institucionalidade universitária tradicional, e que teria em Darcy Ribeiro seu primeiro reitor. Mal começada a ditadura civil-militar pelo golpe de 1964, a UnB sofreria violentas intervenções.

Ainda nos turbulentos anos que antecedem o golpe, dá-se a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. Consumada a renúncia, o Congresso Nacional implanta o parlamentarismo no país. Escolhido primeiro-ministro, o deputado Hermes Lima nomeia Darcy Ribeiro ministro da Educação, tendo por tarefa a execução da supradita LDB, já em vias de sanção. Entrementes, ao intelectual e político, a essa altura já convertido ao trabalhismo petebista, cabiam tarefas mais temerárias. Restabelecido o presidencialismo no Brasil através de um plebiscito, em janeiro de 1963, o presidente João Goulart trabalha pela efetivação das chamadas Reformas de Base e convoca Darcy para coordenar este programa de reformas – entre as quais, figurava a reforma educacional, sobremodo em nível universitário –, outorgando-lhe o gabinete Ci-

vil de seu governo.

O desfecho da tentativa petebista de reformar o Brasil, mesmo que esta não excedesse os marcos do capitalismo liberal, é francamente conhecido. Ainda que contasse com grande popularidade, Goulart é apeado do poder por forças internas da reação, coadunadas com patrocínio e logística estadunidenses. Consumado o golpe de 1964, sobrevém o Ato Institucional número 1, com sua lista de cassações políticas que estampava os nomes de João Goulart, Darcy Ribeiro e outros que, impossibilitados de permanecer em solo pátrio, partem para o exílio. Quanto a Darcy, seu exílio se constituirá em uma diáspora pela América Latina, laborando tanto no ensino quanto em reformas universitárias e redigindo uma vasta obra histórico-antropológica. Ao retornar, une-se a Leonel Brizola, outro veterano trabalhista egresso do exílio, que se elege governador do Rio de Janeiro, em 1982. Dessarte, prosseguem as pugnas do Darcy Ribeiro educador, consubstanciadas na projeção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), feitos cuja descrição requererá novas e mais alentadas páginas.



Erros e acertos na inclusão de estudantes com deficiência

por Maurício Brum

Profissionais de ensino e pais de alunos de inclusão relatam as limitações que encontram e as experiências bem-sucedidas no acolhimento de estudantes com deficiência nas escolas regulares. Pesquisa realizada em agosto com professores do ensino privado gaúcho demonstrou cenário de sobrecarga de trabalho e falta de estrutura adequada em grande parte das instituições particulares do estado

A inclusão de alunos com deficiências físicas e cognitivas tem sido uma maneira que muitas escolas particulares utilizam para se promover no mercado. Mas a propaganda nem sempre corresponde à estrutura oferecida.

Recentemente, uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) relevou um cenário no qual professores se disseram desamparados, sem apoio, formação ou recursos para acolher esses alunos. Trata-se de um desafio multifacetado, que vai desde a necessidade de adaptações na estrutura física da escola para acolher, por exemplo, um aluno cadeirante, até a capacitação docente e a contratação de monitores para acompanhar aqueles que demandam atenção integral durante a aula.

Na prática, mesmo instituições privadas vêm tendo dificuldade para oferecer essa variedade de recursos, o que também afeta a rotina dos professores – na pesquisa, 26% dos docentes apontaram que não contam com nenhum tipo de apoio para atender a esses alunos, e a percepção de que não há carga horária para planejar atividades específicas foi constantemente citada. Em uma comunicação interna de uma escola de Porto Alegre à qual o *Extra Classe* teve acesso, por exemplo, os professores são cobrados a fazer “uma prova para cada

aluno” de inclusão, com as devidas adaptações para as necessidades individuais e “em tempo hábil e em dias úteis” para que a educadora do atendimento educacional especializado (AEE) consiga analisá-las antes da sua aplicação – algo que nem sempre se torna possível dentro das horas previstas para o trabalho dos docentes.

“Poucas escolas, por terem esse perfil inclusivo, acabam recebendo muitos alunos com deficiência, somando um número significativo deles. Se mais escolas tivessem esse perfil, esses alunos seriam matriculados em muito mais instituições, o que seria importante para o trabalho pedagógico”, aponta Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, a respeito da sobrecarga imposta aos professores.

Em meio às limitações, porém, experiências positivas relatadas por familiares e profissionais da área aparecem como um caminho para melhorar o cenário ainda precário.

Conforme a lei e as associações de pais, todas as instituições de ensino deveriam contar com um acompanhante terapêutico para estar ao lado da criança no ambiente escolar, com a sala de recursos prevista em lei que forneça os equipamentos necessários para a aprendizagem desse aluno, e com um plano de ensino individualizado (PEI) para os estudantes de inclusão.

Foto: Igor Sperotto/ Arquivo Extra Classe



“Esse PEI não deve ser elaborado unicamente pela escola: deve ser feito com apoio da família e da equipe multidisciplinar que acompanha a criança fora do ambiente escolar”, afirma Mariana Chuy, sócia-fundadora da Associação Brasileira de Apraxia de Fala na Infância e Adolescência (Abrapraxia), um transtorno que dificulta a aprendizagem dos sons da fala. Mãe do Gabriel, aluno de inclusão em uma escola particular da capital gaúcha, Mariana desabafa. “Existem exceções e boa vontade para mudar a situação, mas isso envolve comunicação e investimento financeiro”, declara.

Nos locais que vêm sendo considerados exemplos positivos de

inclusão, uma das estratégias empregadas para abarcar os alunos com diferentes necessidades sem sobrecarregar os professores é o chamado desenho universal para a aprendizagem. Esse método prevê pensar uma atividade previamente, de modo que ela tenha o máximo de abordagens possíveis, sem fazer múltiplos planejamentos. “Alguns tipos de deficiência sempre vão exigir adaptação maior, mas com outras é possível elaborar uma atividade abrangente que funcione para todos os alunos daquela sala”, explica Lúcia Fonseca, coordenadora pedagógica da escola CID (Centro Integrado de Desenvolvimento), em Porto Alegre.

DIFFERENCIAL
IMÓVEIS

SEU IMÓVEL NA SERRA GAÚCHA

A Differencial Imóveis tem as melhores opções de imóveis à venda em Gramado e Canela e vantagens exclusivas para você através do Convênio com o SINPRO/RS.

QUER SABER QUAIS OS BENEFÍCIOS?
ENVIE UMA MENSAGEM PELO WHATS.

☎ 54 3282-9000 📞 54 99105-1110

Aproxime a câmera do seu celular e acesse nosso site com mais de 650 ofertas de imóveis à venda.

Um mesmo tema pode, segundo a pedagoga, gerar diferentes atividades simultâneas. “Enquanto uns escrevem texto, outros desenham, outros fazem uma história em quadrinhos. Desta forma, ofertando uma diversidade de possibilidades, cada estudante pode fazer a escolha que melhor lhe favoreça”, argumenta Lúcia,

entendendo ser preciso quebrar o paradigma de que todos os alunos precisam fazer a mesma coisa ao mesmo tempo.

Outras adaptações podem ser até mais simples, baseadas apenas na percepção do contexto: mudar o local de uma turma para garantir a acessibilidade no caso de um estudante com deficiência física

ou, então, para afastar alunos que enfrentam problemas para se integrar à aula em função de distrações externas, como barulhos ou cheiros, um incômodo frequente em crianças com diagnóstico do transtorno do espectro autista (TEA). Lúcia recorda uma situação do tipo, quando um aluno de inclusão apresentava mais agitação

ao sentir o cheiro da comida sendo preparada a partir do meio da manhã. “Não podíamos deixar de produzir alimentos, mas podíamos mudar a turma de sala, para outro andar da escola, mais distante da cozinha. E isso foi feito. Uma mudança bem simples que permitiu que a desorganização do menino fosse menos intensa”, conta.

Conscientização da comunidade escolar é essencial

Além dos investimentos em formação e estrutura, pais e professores concordam que um dos principais obstáculos continua sendo a conscientização da comunidade escolar, incluindo as famílias de alunos sem deficiência. “Quando falamos de nós, as pessoas imediatamente pensam que se trata de uma escola especial, o que não é o caso: somos uma escola regular que trabalha com inclusão. Mas

muitos pais ainda não entendem que seus filhos só têm a ganhar com esse convívio, e acham que a presença de um aluno de inclusão vai atrasar o aprendizado deles”, detalha Maria Helena Barth, diretora do Colégio Conhecer, na capital dos gaúchos, instituição que se destaca positivamente no assunto.

Ela aponta que, com a pandemia, a escola vem enfrentando uma perda de matrículas, o que

gera também uma impossibilidade de acolher mais estudantes de inclusão. Por lei, uma turma dos anos iniciais do ensino fundamental pode ter até três alunos de inclusão em uma sala com lotação máxima de 20 estudantes, porém o número acaba sendo reduzido se esse limite não é atingido.

A dificuldade de acolhimento é sentida na pele pelas famílias. “Costumo dizer que meu filho estuda numa escola bem inclusiva, mas tenho uma comunidade que não é receptiva”, resume Mariana Chuy, da Abraproxia. “Não existe aquela conversa da mãe que nos pergunta como estamos”, ela diz, recordando que, durante as restrições da pandemia, o filho precisou se afastar da sua turma da época, acabando por repetir o ano, sem que ela recebesse qualquer contato dos outros pais.

Da parte das escolas, é fundamental prestar atenção a essa situação. “As famílias são redes de apoio, e precisamos fazer movimentos que permitam que elas se encontrem na escola, algo que foi drasticamente diminuído em função da pandemia”, explica Lúcia. “É uma situação bastante individualizada: há crianças mais inseridas cujos pais convivem com outras famílias, e outros que preferem vir nas reuniões em horários diferenciados e não se sentem tão acolhidos. Nós sempre tentamos incentivar que eles busquem essa interação”, afirma a coordenadora pedagógica do CID. Buscando estimular a aceitação na comunidade, entidades como a Abraproxia realizam atividades focadas nos próprios alunos, a fim de que eles levem o conhecimento sobre a inclusão para os pais em casa.

Muitas vezes, as organizações

também tomam para si o trabalho de oferecer formação complementar aos profissionais de educação. É o que faz, por exemplo, a Associação Pais e Amor, que defende as demandas de famílias com crianças diagnosticadas com TEA em Cachoeirinha, na região metropolitana da capital. “Oferecemos formação tanto para escolas particulares quanto públicas, de maneira gratuita. O que os professores mais trazem para nós é que não são preparados para lidar com esses alunos nos cursos de graduação”, identifica Carmem Kruger, ela própria professora aposentada, e hoje integrante da diretoria da Pais e Amor.

Mesmo com formação e estrutura, contudo, as profissionais concordam que certas situações, inevitavelmente, dependem da vivência prática. “É algo que vem de dentro para fora, da disponibilidade interna de entender essa criança, que às vezes ela precisa sair da sala quando fica mais agitada, que os colegas também devem ajudar”, diz Maria Helena, do Conhecer. “Todas as pessoas da escola têm que estar atentas ao movimento de sala de aula. E gerar uma relação cooperativa, de confiança, em que o professor não tema ser visto como incompetente por precisar da ajuda de outro profissional”, complementa Lúcia Fonseca, lembrando que, em situações de crise, uma criança com necessidades especiais pode precisar do envolvimento de outro adulto, além daquelas que estão na sala naquele momento. “Por mais que seja ‘lugar-comum’ atualmente falar sobre alunos de inclusão, esse é um termo que devemos questionar”, ela entende. “Todos nós somos sujeitos da escola inclusiva”, conclui Lúcia.



Fotos: Igor Sperotto





MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

As pedras no caminho da reconstrução da alma do Brasil

“Não interessa a ninguém viver numa família onde reina a discórdia. É hora de reunir de novo as famílias, refazer os laços de amizade rompidos pela propagação criminosa do ódio” (Lula)



Reconstruir a alma do país. Luiz Inácio Lula da Silva resumiu assim aquele que considera o principal desafio de seu novo governo, que se iniciará no dia 1º de janeiro de 2023. Em seu primeiro discurso como candidato eleito, na noite de 30 de outubro, Lula falou em reconstrução, em reconciliação, em reunir o que foi quebrado no país, especialmente nos últimos quatro anos. Não tinha como ser muito diferente, entre outras razões pelo resultado da votação do segundo turno, que mostrou uma nação dividida praticamente ao meio. Uma divisão com um forte conteúdo ideológico e profundamente contaminada pelo discurso de violência e ódio alimentado cotidianamente pelo presidente Jair Bolsonaro. A diferença expressa no resultado final, de 50,90% dos votos para Lula e 49,10% para Bolsonaro, representou pouco mais de 2 milhões de votos.

Tudo indica que essa agenda de reconstrução terá um terreno minado pela frente. Para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, a vitória de Lula, embora diminua o poder da articulação de extrema-direita que governou o Brasil nos últimos quatro anos, está longe de significar o seu desaparecimento do cenário político

nacional. Neste período, assinala Boaventura, tornou-se mais claro o processo de internacionalização do ataque ao sistema democrático brasileiro por meio de organizações de extrema-direita globais, financiadas por entidades norte-americanas ligadas ao ex-presidente Donald Trump. O Brasil, destaca o sociólogo, foi transformado em um laboratório da extrema-direita global, onde vem sendo testado um projeto neoliberal de ataque permanente à democracia.

Esse projeto sofreu um revés com a vitória de Lula, mas não deve ser desarticulado. Pelo contrário, diz ainda Boaventura, deve sofrer uma reorientação para passar a trabalhar pela inviabilização do futuro governo Lula, de todas as maneiras possíveis. A estratégia, prevê ele, assumirá outras formas, “ora mais subterâneas com a utilização do crime organizado para intimidar as forças democráticas, ora mais institucionais com a mobilização desviante do poder legislativo para criar uma situação de permanente ingovernabilidade, nomeadamente com a ameaça de impeachment do governo eleito e dos quadros superiores do sistema judicial” (“O golpe de Estado continuado”, jornal *O Público*, 31/10/2022).

Ainda na noite de 30 de outubro, grupos bolsonaristas no WhatsApp e no Telegram já pediam “intervenção militar” imediata para evitar a posse do governo do PT. Um “desejo” que foi inviabilizado rapidamente ainda na noite do domingo, com as manifestações de lideranças mundiais, como o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, felicitando Lula pela vitória. Mas resta pouca dúvida que outras formas de “intervenção” virão. Ainda no dia da eleição, o uso da Polícia Rodoviária Federal para tentar dificultar a movimentação de eleitores de Lula por rodovias do Nordeste mostrou mais uma vez que o bolsonarismo não respeita limites legais e constitucionais. Na manhã do dia 31 de outubro, caminhoneiros apoiadores de Bolsonaro deram outra amostra do que deve vir aí, promovendo bloqueios de estradas no Rio de Janeiro e em outras regiões do país.

Para além da ação organizada do bolsonarismo, o futuro governo Lula enfrentará ainda o desafio de abrir um canal de diálogo com setores da sociedade que, se não integram esse movimento de forma organizada, compartilham valores conservadores, especialmente em temas religiosos e ligados à família. O desafio é gigantesco, mas se há alguém no Brasil com

a capacidade de tentar construir e reconstruir pontes, esse alguém é Lula. As suas primeiras palavras como candidato já fincaram alguns palanques para a construção dessas pontes:

“Esta não é uma vitória minha, nem do PT, nem dos partidos que me apoiaram nesta campanha. É a vitória de um imenso movimento democrático que se formou, acima dos partidos políticos, dos interesses pessoais e das ideologias, para que a democracia saísse vencedora. Neste 30 de outubro histórico, a maioria do povo brasileiro deixou bem claro que deseja mais – e não menos democracia. Deseja mais – e não menos inclusão social e oportunidades para todos. Deseja mais – e não menos respeito e entendimento entre os brasileiros. Em suma, deseja mais – e não menos liberdade, igualdade e fraternidade em nosso país.”

“Não interessa a ninguém viver numa família onde reina a discórdia. É hora de reunir de novo as famílias, refazer os laços de amizade rompidos pela propagação criminosa do ódio. A ninguém interessa viver num país dividido, em permanente estado de guerra.”

Esse é o tamanho do desafio para a reconstrução da alma do Brasil.

Movimento negro alerta para risco de apropriação de ações afirmativas pela elite branca



Foto: Marcello Casali/ABR

Aumento significativo de candidatos autodeclarados pretos e pardos, após nova legislação de distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral no Brasil, é questionado por juristas, enquanto novo fórum em defesa da representatividade e diversidade racial avisa que defenderá investigação de possíveis fraudes no último pleito

por Adriana Lampert

Ainda pouco expressiva na prática, a participação de pessoas negras no Parlamento está ameaçada enquanto houver brechas para fraudes no sistema de autodeclaração de candidatos que se registram no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O alerta vem de integrantes do Fórum Nacional em Defesa da Representatividade e Diversidade Racial, criado logo após o primeiro

turno das eleições deste ano, e que promete investigar a veracidade de cada vaga recém-preenchida no Congresso Nacional e em assembleias legislativas e Câmaras de Vereadores onde há dúvida de possível ludibriação neste sentido.

Não faltam motivos para a desconfiança: após o TSE determinar que os votos dados a mulheres e pessoas negras valem o dobro de pontos na distribuição do dinhei-

ro do Fundo Eleitoral para os partidos, o aumento de candidatos autodeclarados foi histórico. No entanto, nem todos apresentam as características marcantes da raça.

Das 26.398 candidaturas de pretos e pardos registradas para a corrida eleitoral deste ano, não foram poucos os casos que chamaram atenção pela controvérsia do fenótipo. "Depois das ações afirmativas, passou a ser conveniente

ser negro – e a autodeclaração é um caminho aberto para a fraude. Pessoas brancas se apresentam sem nenhum tipo de vergonha, como se negras fossem", dispara o doutorando em Direito na Unisinos Gleidson Renato Martins Dias.

"Nota-se que a maioria dos partidos que apresentaram aumento significativo de candidaturas negras são de (*ideologia de*) direita, justamente os que detestam cota racial", observa o jurista. Idealizador do Fórum em Defesa da Representatividade e Diversidade Racial, ele destaca que eleger lideranças do movimento negro no Parlamento brasileiro é a maneira que a população formada por pessoas pretas e pardas tem de garantir representatividade tanto na elaboração quanto na execução de legislação e políticas públicas.

Para que isso ocorra de fato e, na contramão, se evite que uma elite branca se aproprie desta ação afirmativa promovida pelo TSE, o Fórum defenderá a criação de comissões de heteroidentificação após cada pleito político. "A ideia é trabalhar para banir a afroconveniência, a fraude, o desvio da função teleológica da ação afirmativa de cunho cotista racial", destaca Dias. "Nós, do movimento negro e ativistas antirracistas, queremos chamar os tribunais regionais eleitorais e também o TSE para analisar os gargalos e, a partir daí, construir mecanismos de controle das informações de para onde estão indo esses recursos públicos usados com o rótulo de promover a igualdade racial nos partidos políticos."

O jurista adianta que, além de um "regramento" e da implementação de comissões que garantam a análise fenotípica do candidato autodeclarado preto ou pardo, o Fórum (formado também por militantes, ativistas, pesquisadores, integrantes do Ministério Público Federal, defensores públicos, entre outros) deve buscar "resgatar minimamente" os recursos que já foram repassados nesta eleição, em casos em que for comprovado que o beneficiário não é negro.

"Nem sempre o registro equívocado é feito de má-fé", pondera o procurador da República no Ministério Público Federal, Onésio Soa-

res Amaral. "Existem várias tonalidades de branco e várias de negro, então muitas pessoas se consideram, de fato, pardas." Amaral observa que o que deve ser considerado são os traços negroides e a quantidade de melanina. "A pele é um marcador muito forte: o que caracteriza um indivíduo pardo (que, assim como o negro, é uma pessoa negra) é a pele com um pouco mais de melanina que a pessoa branca, mas com traços da raça, que são a base do nariz alargado, o formato dos lábios, e o cabelo crespo."

O procurador concorda que a criação de comissões de hetero-identificação na política pode ajudar a evitar "erros grosseiros". Para ele, é possível que, justamente por conta do racismo, muitos candidatos não tenham se autodeclarado pardos em eleições anteriores – e só agora, com foco no benefício, optaram pelo registro. "Mas também sabemos que, para além da confusão do povo, existe, sim, a chamada afroconveniência, pois existem casos onde é óbvio que os candidatos não são negros", ressalta. "O que deve ser levado em

conta, a princípio, é que o racismo no Brasil se dá pela marca (fenótipo) e não pela descendência: se a pessoa não é alvo de preconceito, não é lida pela sociedade como negro (preto ou pardo)."

Instituídas desde 2017 em universidades públicas, as comissões de hetero-identificação para alunos que adentram as instituições por cotas raciais são exemplo de que o caminho da verificação presencial por terceiros é uma solução para o impasse. Na Ufrgs, por exemplo, o número de fraudes, "apesar de não ter zerado, diminuiu bastante", garante o coordenador de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF) da Universidade, Edilson Nabarro. Presidente da Comissão de Verificação de Autodeclaração na graduação, ele recorda uma denúncia feita em conjunto pelo coletivo negro Balanta, por coletivos indígenas e pelo Movimento Negro Unificado em 2016, quando 319 estudantes foram apontados como fraudadores das cotas. Chamados a enfrentar uma banca de cinco pessoas para verificação presencial, 90% compareceu e, destes, 90% tiveram o ingresso por cota racial na Universidade indeferido, porque a comissão não os considerou como sujeitos de direito.

"Este episódio demonstra que a autodeclaração não tem valor absoluto: precisa ser comprovada por hetero-identificação", defende Nabarro. Segundo ele, a comissão da Ufrgs é composta por docentes, alunos e técnicos, negros e brancos, homens e mulheres. "Os critérios são as marcas do racismo no Brasil: cor da pele, nariz, boca, cabelo com traços negroides", reforça o coordenador do CAF/Ufrgs. Ele concorda que muitos políticos que se elegeram registrados como pretos e pardos seriam retratados



Foto: Igor Sperotto

Dilmair Monte, da Unegro: "É indignante quando as pessoas se aproveitam de uma situação que foi conquistada pela luta dos outros e se apropriam de ações afirmativas"

se passassem por uma banca de verificação presencial.

Na opinião do representante da União de Negras e Negros pela Igualdade (Unegro), Dilmair Monte, no caso das candidaturas políticas "as falcatuas" também ocorrem por conta de que a lei obriga que todos os partidos tenham cotas para negros, mas, muitas vezes, estes não preenchem este requisito por falta de representatividade. "É indignante: as pessoas se aproveitam de uma situação que foi conquistada pela luta dos outros e se apropriam de ações afirmativas." Ele também avalia que "as cotas existem entre aspas, mas não são repassadas para as candidaturas negras na sua totalidade, a não ser que o candidato já tenha uma certa trajetória, o que é raro - como no caso destes que se elegeram recebem porque têm mandato."

O TSE informa que no artigo 350 do Código Eleitoral está previsto que "inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais gera pena de reclusão de até cinco anos e pagamento de cinco a 15 dias de multa, se o documento é público; e reclusão até três anos e pagamento de três a dez dias de multa, se o documento é particular".

No caso de dúvidas sobre fraude, o TSE não age de ofício e, sim, pre-

cisa ser provocado para fazer análise de possíveis irregularidades na autodeclaração racial. "Recebimentos de denúncias ou investigações de irregularidades de candidaturas eleitorais ficam a critério do Ministério Público Eleitoral (MPE)", destaca o órgão. "Não há uma comissão para esse tipo de identificação. Importante registrar que os pedidos de registro de candidatura são analisados pelo juiz eleitoral. Apenas após a finalização do pleito eleitoral (2º turno), poderemos avaliar os efeitos práticos das ações afirmativas para a autodeclaração."

A assistente de gabinete da presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS), Karen Fróes, lembra que também os partidos oponentes podem entrar com processo de impugnação da candidatura de quem mentir na autodeclaração. Ela ressalta que, após o que se viu no último pleito, já está ocorrendo um movimento na Justiça Eleitoral para que exista uma instância dentro do tribunal (como acontece no concurso público do órgão), onde o candidato passa na comissão de deferimento da fenotípica. "É tudo muito recente, mas acredito que estamos caminhando para que sejam implementadas comissões de hetero-identificação nos tribunais eleitorais", avalia a assistente.



Foto: Igor Sperotto

Gleudson Renato Martins Dias, do MNU: "Pessoas brancas se apresentam sem nenhum tipo de vergonha, como se negras fossem"

Para quem é da capital Para quem é do interior

Obras em casa?

Sossego para estudar?

Nova orla do Guaíba?

Shows e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS
casadoprofessor.sinpro.rs.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Estadual

CASA do PROFESSOR
Hotel

O sofrimen causado pela d

*Questões que envolvem saúde mental não são de hoje prob
quase 300 milhões de pessoas. Imagine isso, então, em a
que marcou o recente processo c
Conhecido como sofrimento sociopolítico, ele – de uma fo
proporções que ainda não fora*

por Marcelo Menna Barreto

O caldo para lá de quente entornou nos consultórios psiquiátricos e nos divãs de análise onde a maioria da população brasileira não tem acesso.

Uma bomba-relógio que precisa ser desarmada no país, a qual, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mesmo antes da pandemia, quando os mais atingidos foram jovens e mulheres, já detinha o maior número de ansiosos do planeta e a quinta população mais deprimida.

Essa bomba a ser desarmada originalmente se relaciona com a piora da pobreza, a desigualdade e a exposição a situações de violência da população.

Em artigos recentes, o filósofo, professor livre-docente na Universidade de Campinas (Unicamp) e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Marcos Nobre, é objetivo ao afirmar que o Brasil não está em uma polarização.

Para ele, o estado é de divisão. E isso acontece quando as regras do jogo parecem não mais serem suficientes para resolver os conflitos. Então, tornou-se necessária a construção de um novo pacto social que isole o extremismo de direita.

Rompimento de pacto social e adoecimento coletivo

“Isso está trazendo sofrimento. Existe uma coisa que a gente chama de pacto social. São justamente as regras que a gente obedece na sociedade que tem na prerrogativa as pessoas terem direitos. Ter direito a subir em um elevador sem ser discriminado, ter direito a se casar, a ter uma vida conforme a sua opção sexual. Mais pessoas têm que ter direitos. O direito não pode ser só de alguns. Quando a gente coloca preconceitos no nível de intolerância, se passa a percepção de que alguns são mais cidadãos do que outros e de que alguns têm mais direitos”, diz a médica psiquiatra e psicanalista Arianne Angelelli.

Com 27 anos de prática clínica, trabalhando com adultos, mas especialmente com crianças e adolescentes, ela é categórica: “As pessoas realmente não estão conseguindo conversar. Eu nunca vi isso desse jeito, nesse nível”.

Entrevistado por *Extra Classe* duas semanas antes da votação de segundo turno, o também médico psiquiatra e psicoterapeuta de orientação junguiana Marco Spinelli – com 31 anos de experiência entre a clínica psiquiátrica e terapêutica – registrou que, na ocasião, não houve nenhuma consulta em que ele não teve que administrar uma sobrecarga de estresse por conta do embate eleitoral.

“Pessoas exasperadas. Uma paciente, por exemplo, caçando notícias, checando notícias; disrompeu e desarticulou o sono dela, piorando o quadro”, relata.

Segundo ele, diante de fatos assim, não é incomum ter que mexer na medicação ou mudar uma linha de conduta para atender a esse período de estresse coletivo dos pacientes.

Arte: Fabio Edy Alves sobre fotos de José Cruz (Abr) e CUT



to psíquico disputa política

problemas em todo o mundo. A ansiedade, por exemplo, atinge o ambiente de guerra. Não a da Ucrânia, mas a conflagração da eleição presidencial no Brasil. Qual forma ou outra, identificado ou não pelos vitimados – tomou dimensões dimensionadas oficialmente



Os mais vulneráveis são os que mais sofrem

Nessa divisão, uma coisa é certa. Todos, de todos os lados, acabam sofrendo. Uns em menor grau e outros em maior.

“Esse quadro atinge os dois lados da disputa, mas o nível de exasperação é maior em pessoas mais vulneráveis aos memes que são jogados nas redes falando o que ‘vai acontecer, a desgraça que vai acontecer’, caso um lado ou outro saia vencedor. É a catastrofização criada com imagens, criada com memes”, aponta Spinelli.

Ele cita o pavor de que uma filha vá para um banheiro unissex, no caso de um paciente bolsonarista, e no de uma paciente petista, que tem um casamento homoafetivo, “de que os gays vão ser caçados a pauladas nas ruas”.

Para Arianne, o embate tem dificultado as pessoas de pensar com clareza. “As pessoas estão se alinhando mais por percepção de valores do que de projetos políticos. A discussão ficou muito rasa. Houve um moralismo que permeou as discussões que deixou as pessoas muito angustiadas”, reflete.

No consultório, uma jovem adulta ficou muito mal, em especial, quando em 2018 Bolsonaro ganhou. “Ela se sentiu muito perseguida. Começou a falar: ‘Meu Deus, eu não vou mais poder sair na rua’. Ela começou a ter muito medo. Passou muito da conta, a ponto de ela não querer mais sair de dentro de casa. Entrou em um nível que teve que ser medicada porque estava com um grau de ansiedade muito forte e com sintomas paranoicos deflagrados pelo episódio eleitoral. Eu acho que se não houvesse a eleição, ela não iria precisar tomar medicação”, relata Arianne.

O incrível nisso tudo, para a psiquiatra, é que o outro lado também vê sua posição sendo atacada. “Por que as pessoas que não são homossexuais se sentem ameaçadas? Parece que essas pessoas que não são homossexuais se sentem ameaçadas pelas pessoas homossexuais”, questiona ao apontar um paradoxo.

Esse clima não vem de hoje, lembra Spinelli. “Vou dar um exemplo dramático. No fim de semana do impeachment da Dilma (2016), eu mandei três pacientes para internação. Duas ficaram francamente psicóticas: ora porque agora vem a direita; ora a esquerda vai inserir o comunismo; ora porque eles não vão deixar o impeachment ficar barato.”

Guerra civil, desilusão e apatia

O clima que se cria, considera Marco Spinelli, é de conflagração de uma guerra civil. “Estilo a invasão do Capitólio lá nos Estados Unidos, onde havia também toda uma ameaça com o trumpismo, com milícias armadas que ‘não iriam deixar barato o reconhecimento da eleição do Biden’. O que eles conseguiram foi enfiar um monte de gente lá no Capitólio vestidos de bisão. Hoje está todo mundo preso ou sendo processado”, pondera o psiquiatra.

Já Arianne vê um forte clima de beligerância dentro das famílias, trabalhando com seus principais pacientes, crianças e adolescentes.

“As famílias também se cindiram. Nunca houve tanta briga; parentes que se deixaram de falar. Isso afeta a criança, o adolescente, mas também os adultos. Famílias, amigos com ponto de vista diferentes. Tudo isso acaba sendo fonte de sofrimento”, lamenta.

Para ela, “se a palavra boa para definir os adolescentes nesse momento é desiludido, as crianças são dependentes do estado psíquico de seus pais”.

Segundo a médica, se antes da adolescência não há ainda uma ideia tão clara do que está ocorrendo ao redor, “por tabela” as crianças estão sendo também muito afetadas. “Estamos vivendo um momento de ansiedade muito alto. As pessoas estão muito angustiadas, inseguras, em relação ao resultado das eleições e isso traz uma tensão para dentro da família. A criança responde diretamente a essa tensão”, explica.

No entanto, a maior preocupação de Arianne se encontra entre os adolescentes. “Vejo um impacto muito ruim entre eles. Eles estão muito chateados com essa situação.”

Tudo o que está ocorrendo, conforme Arianne, “é muito desesperador para ele (adolescente). Ele

começa a perceber o tamanho da hipocrisia que existe no mundo adulto. Quanta mentira, quanta falsidade, quantas regras que não são cumpridas. Uma coisa é o que eu digo, outra coisa é o que eu faço”.

Isso, de acordo com a especialista, cruzado com uma das principais características dessa faixa etária, o “questionar tudo”, a faz ver nos adolescentes hoje em dia uma descrença, uma falta de fé, de esperança. “Essas notícias falsas que vão bombardeando a sociedade, que os adultos conseguem filtrar um pouco, para essa população impacta muito.”

Ela comemora quando percebe que um adolescente vai lá e questiona, “fica indignado porque a tia votou no Bolsonaro ou brigou com outro parente que votou no Lula. Ele ainda está investido por uma punção de vida, de um desejo de mudar o mundo. O que mais me preocupa são os adolescentes que

estão desiludidos e que dizem ‘tanto faz, qualquer um que ganhe vai ser a mesma droga. Qualquer um que ganhe, o Brasil não vai melhorar nunca’. Imagina! Um adolescente que está começando a vida, que pode entrar em uma faculdade, arrumar um emprego já está achando que nada vai ter sentido”.

O reflexo é uma geração que se forma em bases individualistas. “Aquele adolescente idealista que queria fazer uma faculdade de Jornalismo, por exemplo, porque queria registrar o que está acontecendo, combater as inverdades, hoje diz ‘eu quero fazer uma faculdade de Engenharia para trabalhar em um banco para ganhar muito dinheiro e garantir o meu’. É mais ou menos ele dizendo que o mundo é tão hipócrita que quer fazer alguma coisa só para ele; não tem mais saída. Não tem mais aquela fé de mudar o mundo.”

O ódio é espalhado com técnica científica

“Existe a instrumentalização do que a neurociência chama de *flashforward*, não um *flashback*. É fazer você ter uma visão catastrófica caso o outro vença. Isso está criando angústias, criando sintomas tanto de um lado quanto do outro”, diz Marco Spinelli, que chegou a publicar em seu Instagram um apelo para que as pessoas se

apegassem à razão e não a brigar “com amigos, com parentes ou pessoas queridas, rompendo relacionamentos por conta desse momento político em que estamos vivendo, dessa floresta de memes e de fake news”.

Para o médico, o que acontece é o ódio instrumentalizado pelas novas mídias. “À extrema-direita

ou qualquer extrema, fundamentalista, fez isso.”

De acordo com Spinelli, “hoje você consegue criar uma verdadeira seita on-line. Qual é o fundamento de você criar uma seita? Cria-se uma bolha. A informação não circula; só a informação que você quer colocar e se cria um ambiente protegido contra os monstros que estão lá fora, os nossos adversários, os nossos inimigos”.

Para ele, a ideia é manipular o medo, o desespero e a sensação de pertencimento ao mesmo tempo das pessoas. “Eu pertenço aqui e aqui eu estou protegido. Lá fora tem os estupradores, tem os pedófilos, tem os monstros, e o meu lado tem o herói que é ímpoluto e vai enfrentar o mal.”

Isso virou uma técnica, afirma, e é um dos motivos “para a gente estar vivendo em um nível de escala de ódio. É o domínio dessa técnica que apresenta imagens aberrantes, com fantasias delirantes”.

Para não ficar no enfoque do discurso da pastora Damares Alves (Republicanos/DF), que, em um culto evangélico, criou a ima-

gem de crianças sendo submetidas a um preparo cruel para serem traficadas para abuso sexual, Spinelli cita um exemplo norte-americano.

“Entra um menino branco em um culto gospel numa igreja frequentada majoritariamente por negros e sai atirando em todo mundo porque os negros vão invadir a casa dele e estuprar a irmã dele”, recorda.

Segundo Spinelli, “essa fantasia de consequências trágicas foi inserida quando o cérebro desse menino estava vulnerável. Em um momento assim, pode-se dizer qualquer coisa, inserir o que você quiser inserir”.

Trata-se, conforme o psiquiatra, da criação de uma sensação de horror, de desequilíbrio do que a gente chama das regularidades do mundo, da sensação do que está entre fundamento e realidade. “Por exemplo, em um surto psicótico, essa sensação de regularidade do mundo é profundamente perturbada pelo episódio psicótico e desarticula toda a capacidade cognitiva da pessoa.”



Foto: Marcelo Menna Barreto

Marco Spinelli, psiquiatra e psicoterapeuta

À neurose e a paranoia política no divã

Em tese, não há uma corrente da psicanálise que bloqueie uma discussão política dentro de uma consulta psiquiátrica ou sessão de terapia, opina Spinelli. "Quando esse assunto sobre política entra no consultório, eu não estou evitando porque é um dado clínico de estresse importante. Hoje, é muito frequente terminar uma sessão com o paciente gritando os slogans e memes a que ele foi submetido. Que o Brasil vai virar uma Venezuela, que o outro é um canibal. Gritando mesmo! Uma espécie de pergunta: 'Como você não percebe o que eu estou vendo?', descreve.

Mas, conforme ele, "o terapeuta precisa ouvir o que a subjetividade do paciente fala e não fazer um debate político; nenhum proselitismo político, nem espiritual dentro do consultório", diz.

Para o junguiano Spinelli, o exercício do terapeuta é um exercício de compaixão e de compreensão. "Embora eu, ao receber vídeos e gráficos (memes) como os dessa campanha, me ofenda profundamente como pessoa física, não é a pessoa física que está envolvida em uma sessão. Então, se você quiser evitar, você diz 'olha, isso é um fator de estresse importante, eu não vou entrar em um embate político com você. Eu vou discutir o efeito desse debate

político no seu quadro clínico. Isso eu posso fazer. Eu não vou discutir se você está certo ou está errado. Se você está certo ou a sua irmã que não foi em um almoço para não te encontrar está certa", discorre o médico.

A psiquiatra Arianne Angelelli segue na mesma linha. "Quando se trabalha com paciente na psicanálise, a gente está atrás das questões inconscientes, na angústia, nos sintomas do paciente. Não se está atrás das convicções políticas e muito mais do que está por trás de uma convicção política."

Em uma situação em que se apresenta um tema caro para os bolsonaristas, o discurso do armamento da população, ela diz que, por ser psiquiatra, sabe que os dados científicos apontam para uma facilitação do aumento de suicídios.

"A literatura psiquiátrica diz isso, mas vamos supor que um paciente tenha uma situação de desemprego, uma situação de ter vivido uma violência e, por isso, ele quer muito, por exemplo, ter uma arma. Então se o paciente chega todo aguerido com a ideia fixa de que tem que se ter facilidade para armar a população, eu vou tentar entender o que significa para ele ter uma arma. Eu trabalho ao nível do significado do que se passa com o paciente. Dentro da psicanálise, a gente não

Foto: Acervo Pessoal



Arianne Angelelli, médica psiquiatra e psicanalista

trabalha, de jeito nenhum, com julgamentos de valores."

"Obviamente", acentua Arianne, "se esses dados sobre a facilitação do suicídio através de mais acesso às armas me forem perguntadas, eu repasso. O problema é que estamos numa realidade que tudo acaba em embate, com pessoas aguerridas. Se você diz que é contra o armamento, logo vem o discurso 'Ahhh, então você é a favor dos bandidos'", compara ela.

A médica não deixa de enfatizar, no entanto, caso se depare com uma situação em que perceba que possa ocorrer um episódio de violência por um paciente

enciumado, por exemplo, "talvez eu tenha que sair desse ambiente de neutralidade e dizer: 'Olha, eu preciso falar com a sua família'".

Sobre como sair desse clima, Spinelli diz: "Clinicamente, o que dá para fazer é o que estamos fazendo nesta entrevista. Tentar mostrar para as pessoas como funciona essa técnica de manipulação e tirar - termos cerebrais - esse reino da Ínsula e da Amígdala que são regiões que coordenam o nojo, o medo, e fazer o córtex pré-frontal voltar a funcionar e questionar", afirma ao ressaltar: "Tem gente pesquisando e trabalhando isso", conclui.

Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em:
sinprors.org.br/saude | 051 4009.2930 | convenios@sinprors.org.br

Unimed | CCG Saúde | Notre-Dame Intermédica | UNIODONTO | sinprosaúde | SINPRO/RS Sindicato Cidadão

Seminário cobra responsabilidade das escolas na inclusão

A partir da avaliação de que a educação inclusiva vai muito além da matrícula e é uma responsabilidade das instituições de ensino, docentes e especialistas aprovaram, durante o seminário O Trabalho do Professor na Inclusão, uma pauta de reivindicações a ser apresentada na primeira quinzena de novembro ao sindicato das escolas



Foto: Valéria Ochia/AssCom SinproRS

por Gilson Camargo

“O Sinpro/RS quer destacar essa reivindicação para que as escolas já em 2023 se organizem para oferecer uma efetiva educação inclusiva”, destaca Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

A resolução reivindica que as escolas efetivem em seus projetos político-pedagógicos uma política de educação inclusiva, com a disponibilidade de espaços adequados, profissionais de apoio, formação continuada e demais recursos previstos na legislação.

Para os professores, a inclusão de estudantes com deficiência tem sido negligenciada pelas instituições de ensino privado, o que resulta em jornadas extraclasse não remuneradas e fragilidade nos resultados dessa inclusão.

O tema foi debatido no seminário *O Trabalho do Professor na Inclusão*. Realizado no dia 5 de novembro pelo Sindicato, o evento contou com a ampla participação de professores do ensino privado que atuam com a educação inclusiva nas escolas, especialistas e dirigentes sindicais.

No documento, a categoria manifesta a preocupação com as atuais condições de atendimento aos alunos com deficiência no ensino privado e ressalta que o direito constitucional a uma escola inclusiva não vem sendo observado

em grande parte das instituições.

Além da elaboração coletiva do Plano Político-Pedagógico (PPP) e da construção do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) com a participação dos profissionais que atuam junto aos alunos com deficiência, os professores reivindicam formação continuada, garantia de tempo de estudo sobre inclusão e infraestrutura necessária, entre outras garantias. Acesse a íntegra da resolução em www.sinpro.rs.org.br.

LEGISLAÇÃO – A inclusão de estudantes com deficiência na escola regular está alicerçada na estrutura legal, amparada na perspectiva de que os direitos humanos devem ser garantidos a todos e, no que diz respeito à escola, devem ser asseguradas as condições de acesso e permanência, explicou a advogada Aline Quadros, assessora jurídica do Sinpro/RS, em painel sobre a legislação específica.

“A Constituição estabelece como direito de todos a igualdade de acesso e permanência no sistema de ensino, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 55, determina a responsabilidade dos pais em matricular a criança com deficiência, enquanto a LDBEN estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo,

métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades”, resumiu.

A partir de 2016, com a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146), o qual ratificou o que determina o dispositivo constitucional e a LDBEN acerca da inclusão escolar, o Sinpro/RS criou o Núcleo de Estudos sobre o Aluno com Deficiência (Nead). E passou a cobrar, por intermédio das promotorias de educação do Ministério Público, que as escolas cumprissem o que estabelece a legislação, explicou a diretora Cecília Farias na abertura do seminário.

De 2017 até 2021, o tema foi pautado nas negociações coletivas, com cláusula na Convenção Coletiva sobre condições para o atendimento de alunos com deficiência, mas os professores estavam frustrados com a falta de formação e estrutura nas escolas, relatou Cecília Farias.

TRABALHO EXTRACLASSE – O acúmulo de trabalho ocasionado pela omissão das escolas em relação à educação inclusiva, que vem sendo relatado pelos professores ao Sindicato, foi comprovado recentemente pela pesquisa *Realidade Docente do Ensino Básico 2022 – Trabalho Extraclasse*.

O levantamento foi desenvolvido

em agosto pela consultoria FlamingoEDU para o Sinpro/RS, Sinpro/Caxias e Sinpro/Noroeste.

Dos cerca de mil docentes consultados, 45% informaram que suas escolas não têm espaço físico nem material de apoio para inclusão, uma deficiência que é mais grave na educação infantil (56%); 46% dos professores afirmam que desenvolvem material pedagógico específico para inclusão; 26% que são eles os únicos em sala de aula para atender a esses alunos, e que 44% das escolas não atendem à legislação.

Ao apresentar os principais recortes da pesquisa, o professor e pesquisador Heitor Strogulski destacou que as escolas têm dificuldade em estabelecer objetivos claros a serem alcançados pelos alunos.

Com isso, fica a cargo dos professores adaptar o currículo, muitas vezes, sem nenhuma referência.



Sinpro/RS lança ebook sobre trabalho extraclasse

O livro *Trabalho extraclasse X Direito ao descanso – Uma disputa no âmbito do ensino privado* (Carta Editora, 2022, 123 páginas – 2ª edição Ebook) foi lançado durante o seminário *O Trabalho do Professor na Inclusão*, realizado pelo Sinpro/RS no dia 5 de novembro, em Porto Alegre.

A condição dos professores como profissionais contratados e remunerados com base na hora-aula é o tema central do livro virtual da coleção *Sinpro/RS Publicações*, com organização do professor e diretor do Sindicato Marcos Julio Fuhr.

A publicação foi lançada em 2014 em primeira edição impressa. Considerando os impactos da dinâmica das relações de trabalho e do avanço das novas tecnologias no trabalho dos professores do ensino privado, o conteúdo foi revisto e ampliado nesta segunda

edição, que chega aos professores no formato ebook.

CONTEÚDO ATUALIZADO – Trata-se de uma coletânea de artigos de professores, especialistas e operadores do Direito que contempla a análise sobre a legislação educacional e trabalhista e apresenta o histórico de lutas e as políticas do Sindicato em defesa do direito à remuneração das atividades impostas aos professores para além da carga horária contratada.

Com apresentação do Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4) e professor de Direito do Trabalho da Ufrgs, Francisco Rossal de Araújo, a obra reúne artigos do Procurador do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul, Rogério Uzum Fleischmann; dos desembargadores do TRT4 Luiz Alberto de Vargas e Cleusa Regina Halfen; do

advogado, mestre em Direito Público e do Estado e ex-desembargador do TRT4, José Felipe Ledur; dos professores e diretores do Sinpro/RS Marcos Julio Fuhr, Cássio Filipe Galvão Bessa e Amarildo Pedro Cenci; das advogadas Luciane Lourdes Webber Toss e Silvia Cristina Carvalho Sampaio; da Assessora de Comunicação Social do Sinpro/RS, jornalista Valéria Ochôa; e dos professores e pesquisadores Heitor Strogulski e Günther Gehlen.

DIREITO AO LAZER – A questão é estratégica para o Sinpro/RS, que levou a discussão sobre o limite entre o tempo de trabalho e o direito ao lazer do professor à pauta das negociações coletivas da categoria e, também, vem promovendo o debate com a sociedade e o Judiciário Trabalhista sobre a obrigatoriedade de remuneração dessa jornada cada vez mais estendida.



“O não pagamento do trabalho extraclasse é a expressão mais evidente da falta de regulamentação do ensino privado e da imposição, aos seus professores, de um padrão contratual dissociado das modernas concepções da educação e das expectativas da sociedade brasileira”, resume o organizador desta obra, Marcos Julio Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

UNIVERSIDADE ESTADUAL

Uergs em Montenegro será incorporada pelo campus central

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) irá encerrar, nos próximos anos, as atividades em Montenegro e transferir a oferta de cursos de Artes para o campus central, em Porto Alegre. A unidade, mantida por meio de uma parceria não onerosa de 20 anos com a Fundarte, tem 320 estudantes matriculados em quatro cursos de licenciatura (Artes Visuais, Dança, Teatro e Música), 21 professores e dois funcionários administrativos.

A transferência deve se iniciar no primeiro semestre de 2023, com

a abertura de cursos de primeiro e segundo semestres e ser finalizada até 2025. A instituição assegurou que não haverá demissões de professores ou pessoal técnico-administrativo e que a transferência só será concluída após a formatura de todos os estudantes já matriculados.

O fechamento do campus Montenegro e a incorporação dos cursos pelo campus central foram deliberados em 2021 por um grupo de trabalho (GT) que envolveu a comunidade acadêmica. A deci-

são foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consun).

De acordo com a vice-reitora e superintendente de Planejamento da Uergs, Sandra Lemos, a unidade de Montenegro continuará em atividade até 2025 para assegurar a formação de todos os alunos matriculados. A decisão de fechar o campus, explicou, se deve ao alto custo das operações, a começar pelo aluguel da sede, que custa R\$ 650 mil por ano, e às dificuldades de acesso pelos alunos e professores – mais de 50% dos alunos

moram na Região Metropolitana.

Conforme a gestora, os cursos têm registrado até 80% de evasão. “Como a maioria dos estudantes e docentes são oriundos da Região Metropolitana, o GT concluiu pela transferência das licenciaturas para a capital”, explica Sandra. Termo de cooperação assinado no dia 21 de outubro entre a Uergs e a Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) prevê a utilização de espaços culturais do estado para as aulas práticas e teóricas dos cursos de Artes da universidade.

COMEMORAÇÕES

Mês do professor foi celebrado com eventos em todo estado

O mês dos professores foi festejado pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) com encontros comemorativos em todo o estado. A Sede Estadual e as regionais do Sindicato organizaram jantares, cafés, piqueniques e almoços com os docentes de suas regiões e seus familiares. Em Porto Alegre, o tradicional Baile do Professor foi realizado no dia 22 de outubro.

A agenda de eventos foi muito bem recebida pela categoria, que lotou os encontros. Na capital e no interior, foram centenas de participações, sempre muito descontraídas e com distribuição de brindes e descontos especiais para os associados ao Sindicato. “O trabalho docente é de muita dedicação. Momentos como estes são muito importantes e pensados para que os professores possam comemorar”, diz Glória Bitencourt, diretora do Sinpro/RS.

Além de Porto Alegre, cidades como Santa Maria, Montenegro, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Encantado, Bagé e Bento Gonçalves também promoveram comemorações. As ações integraram as atividades promovidas anualmente pelo Sinpro/RS no mês de outubro.

Foto: Igor Sperotto



Jantar-baile em comemoração ao Dia do Professor, em Porto Alegre

Prêmio Educação: premiados foram escolhidos entre 80 indicações

Foi entregue no dia 21 de outubro o troféu Pena Libertária aos vencedores do Prêmio Educação RS 2022. Os laureados foram escolhidos pelos mais de 20 mil professores associados ao Sindicato dos Professores (Sinpro/RS), em votação eletrônica, além do voto da Comissão Julgadora da premiação e da Direção Colegiada do Sindicato. A cerimônia especial ocorreu de forma híbrida, virtual e presencial, em Porto Alegre.

Foram vencedores desta edição a professora, de Porto Alegre, Ilda Maria Costa Brasil, na categoria Profissional; o projeto Meninas Digitais Tchê Missões: Tecendo espaços e experiências para despertar novos talentos, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), de Santo Ângelo, na categoria Projeto; e a Escola Projeto, de Porto Alegre, na categoria Instituição.

Neste ano, foram 84 indicações feitas pelo público em geral e avaliadas pela Comissão Julgadora. A premiação deu destaque às realizações que têm formado estudantes para o desafio de construir uma sociedade onde existam espaço e respeito à diversidade, bem como

para que atuem de forma protagonista no enfrentamento dos problemas sociais.

“O Prêmio Educação RS vem dar voz e luz a professores, educadores e poetas, cientistas e escolas, estudantes e cidadãos em busca de um sonho de uma educação de qualidade e de um mundo melhor”, diz Margot Andras, diretora do Sinpro/RS, em sua fala no evento. Ilda Maria Costa Brasil, que atua como docente por mais de 25 anos na escola Conhecer, na capital gaúcha, relatou sua emoção ao ser agraciada com a Pena Libertária, pelo trabalho realizado como professora. “Considero o magistério um caminho de celebração à vida, ao amor”, disse.

O membro da Comissão Julgadora e vereador de Porto Alegre, Alex Fraga, destacou a importância do Prêmio Educação RS: “É preciso um momento como este para valorizar o trabalho do professor. Somos apaixonados pelo que fazemos, mas precisamos também de reconhecimento e valorização”.

A cerimônia ocorreu de forma híbrida, em Porto Alegre, em evento para convidados, e com trans-



Beth e Neca Bald (Escola Projeto), Margot Andras (Sinpro/RS), Ilda Maria Costa Brasil e Cristina Paludo (URI)

missão pela internet. Desde a primeira edição do Prêmio Educação RS, foram laureados 23 profissio-

nais, 26 projetos e 23 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais.

ELEIÇÕES SINPRO/RS

Direção eleita para o próximo triênio obteve mais de 10 mil votos



Votaram 63,88% da base de eleitores neste ano. Na eleição anterior, em 2019, foram 62,8% da base

O processo eleitoral 2022 do Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) definiu a Direção Colegiada que ficará à frente do Sindicato no triênio 2023/2025. As eleições ocorreram entre os dias 18 e 20 de outubro deste ano, em todo o estado, e culminaram com a eleição da Chapa 1, única concorrente ao pleito, com 10.027 votos, o que equivale a 94% dos votantes. Votaram 63,88% da base de eleitores neste ano. Na eleição anterior, em 2019, foram 62,8% da base.

O mandato da chapa eleita se iniciará de 1º de janeiro de 2023 e se estenderá até 31 de dezembro de 2025. Os últimos anos foram muito difíceis para todos os professores em função da pandemia e da constante tentativa de precarização do trabalho docente. O re-

sultado da eleição, mais uma vez, referenda a atuação do Sindicato na defesa dos direitos dos professores, entendendo a importância da luta coletiva”, explica Erlon Schüler, diretor do Sinpro/RS.

O processo eleitoral foi orientado pelo Estatuto Social do Sindicato e conduzido pela Comissão Eleitoral, eleita pela Assembleia Geral do dia 6 de agosto de 2022. Em todo o estado, foram cerca de 19.760 professores associados ao Sinpro/RS aptos a votar.

À exemplo da última eleição, nesta a votação também ocorreu de forma eletrônica, diretamente nas instituições de ensino, na sede estadual e nas regionais do Sinpro/RS, em mais de 200 urnas fixas e volantes, além da opção on-line, em site específico.

Revista Textual debate insegurança alimentar e outros temas

Na edição nº 31, de outubro deste ano, a *Revista Textual* traz artigos e ensaios que passam por temas como a insegurança alimentar dos brasileiros, o centenário de nascimento de Darcy Ribeiro, metodologias ativas, acesso à pós-graduação nas IES comunitárias, o direito autoral no meio educacional e liberdade de cátedra. A revista pode ser acessada no site do Sinpro/RS em formato PDF, adquirida nas sedes do Sindicato ou via cadastro de recebimento.

O ensaio que estampa a capa da revista *Os processos que levam à fome e à insegurança alimentar*, de autoria de Cristine Jacques Ribeiro e Tiago de Garcia Nunes, afirma que a fome e a insegurança alimentar são instrumentos da violência imposta por um Estado que orquestra e implementa sistematicamente a morte como estratégia política. Cristine e Tiago são docentes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Direitos Humanos da UCPel. Ela é doutora em Serviço Social (PUCRS) e ele, doutor em Ciências Sociais e Jurídicas (UFF).

Outro ensaio é do professor Demétrius Ricco Ávila, graduado em Ciências Sociais (Ufrgs) e mestre e doutorando em História (PUCRS), além de professor do Colégio Monteiro Lobato, em que discorre sobre a trajetória múltipla de Darcy Ribeiro, cujo centenário de nascimento se comemorou no dia 26 de outubro. No artigo, o autor resgata desde a militância comunista de Darcy na juventude às múltiplas atividades como antropólogo, indigenista, político, educador e romancista. (Leia artigo do mesmo autor sobre este tema na página 7).

Na editoria 'O professor e o mundo da escola', dois tópicos totalmente ligados ao cotidiano docente. O primeiro deles versa sobre direitos autorais. Esse artigo trata a respeito de diversos aspectos relacionados à propriedade intelectual nas atividades educativas, sejam presenciais, sejam no mundo digital. O segundo, aborda a questão da liberdade de cátedra. O artigo propõe um breve debate sobre a importância e o direito à liberdade de cátedra: seus conceitos, suas implicações e suas definições.

Na editoria 'Dinâmica do meio educacional', temos um artigo que analisa a "perda" de Programas com notas altas na avaliação da Capes sem justificativas plausíveis. O outro trata das metodologias ativas, que na educação têm sido cada vez mais recorrentes nos últimos anos. No texto, o autor procura definir este conceito, bem como as implicações das práticas pedagógicas no atual contexto educacional brasileiro.



Neste mês de novembro, há um movimento conhecido como "Novembro Azul", que vem incentivar o autocuidado masculino voltado para a prevenção do câncer de próstata.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens no Brasil (atrás do câncer de pele não melanoma). O total estimado de novos casos de câncer de próstata é de 65.840 (dados de 2020), o que corresponde a 29,2% dos tumores incidentes no sexo masculino.

Nosso herói: exercício físico!

Visto como agente preventivo de diversas enfermidades não transmissíveis, o exercício é associado a inúmeras campanhas de saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Estudos e pesquisas já realizados em todo o mundo mostraram que praticar exercícios físicos regularmente reduz o risco de desenvolvimento do câncer de próstata.

Além disso, em homens com tumores prostáticos, a atividade física (apenas três horas por semana) está associada à melhor qualidade de vida no período de tratamento e de recuperação pós-cirúrgica.

Também vale ressaltar que os tratamentos podem levar à osteoporose e à perda de massa muscular, sequelas estas amenizadas por meio de exercícios e treinamento de força.

A Johns Hopkins Medicine, localizada em Baltimore, EUA, desenvolveu novas pesquisas afirmando o poder da atividade física no combate ao câncer de próstata. Segundo o urologista Michael Hiroshi, esportistas que são regulares no ritmo de treinos têm menor chance de desenvolver câncer de próstata.

Benefícios dos exercícios regulares para todos e todas:

- Controlam o peso corporal.
- Nos distanciam do tabagismo e do álcool.
- Reduzem os níveis de estresse e depressão com a liberação das endorfinas.
- Diminuem os processos inflamatórios.
- Aumentam a libido e autoestima.
- Estimulam os processos de reparação celular e a função imunológica.

Saúde em movimento, faça parte dessa cultura!

Aulas online - em parceria com a Unimed Porto Alegre, oportunizamos uma grade semanal de atividades físicas online, totalmente gratuita. Acesse e se inscreva www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda

A Plataforma SOMOS MOVE – uma plataforma digital de videoaulas de muitas atividades físicas e treinos, receitas e planos alimentares. É livre e gratuita para os associados e dependentes. Acesse e faça seu cadastro: www.sinpro.rs.org.br/saude/saude-do-professor/

MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada (em POA) www.sinpro.rs.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída/





Fim do pesadelo e desradicalização

“A experiência internacional pode nos oferecer caminhos imprescindíveis, porque vários países têm lidado com os mesmos problemas de radicalização”



Foto: Ricardo Stuckert

Quando as gerações futuras examinarem o que ocorreu no Brasil entre 2018 e 2023, saberão que um obscuro ex-tenente do Exército, reformado como capitão em lamentável acordo para sua exclusão das FFAA em processo sob a acusação de terrorismo, foi eleito presidente da República após 30 anos de atividade parlamentar em defesa da tortura e das milícias, em favor do ódio e dos preconceitos. Saberão que ele se apresentava como um enviado de Deus, que seu símbolo era uma arma de fogo e que tinha especial capacidade de ampliar patrimônio com compras em dinheiro vivo. Será difícil, então, compreender como uma nação com a nossa grandeza permitiu que um aventureiro extremista e necrófilo chegasse à Presidência. Mais difícil ainda será identificar as razões pelas quais o mesmo indivíduo, após ter transformado a imagem do Brasil em chacota internacional; ter implantado política para estimular a disseminação do coronavírus com base na ideia da “imunidade de rebanho” e, após ter conduzido seus apoiadores a um processo de radicalização jamais visto em nossa história, alcançou quase a metade dos votos válidos em sua tentativa de reeleição.

Muitos estudos internacionais têm analisado os processos de ascensão do populismo de perfil neofascista. No Brasil, também temos trabalhos importantes como *Bolsonarismo: a alt-right e o populismo iliberal no Brasil*, de Michele Prado; *Guerra cultural e retórica do ódio*, de João Cezar de Castro Rocha, e *Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI*, de Idelber Avelar, para citar apenas alguns exemplos; além de relatos impressionantes como *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*, de Patrícia Campos Mello. Mais recentemente, alguns podcasts têm situado o tema em profundidade, como a produção da GloboPlay de *Guerras Culturais, uma batalha pela alma do Brasil*, que recomendo muito. O fato é que precisamos conhecer mais como o bolsonarismo emergiu na cena pública e foi capaz de hegemonizar a direita em um lapso temporal tão curto, produzindo uma realidade distópica, que seguirá nos assombrando por muito tempo. As dificuldades para esse entendimento são as mesmas que temos para identificar a origem dos pesadelos.

Há muitas lições para aprender sobre pesadelos que se tornam realidade, e as dificuldades serão enormes, mas já se pode afirmar que o Estado brasileiro precisará de políticas específicas para a promoção de uma cultura democrática, o que envolve, pelo menos, quatro desafios: 1) iniciar um processo de desradicalização para evitar o escalonamento dos conflitos políticos, o que, entre outros temas, demanda um marco legal para as plataformas de comunicação na Internet que assegure a

responsabilização dos proponentes dos discursos de ódio e da desinformação; 2) realizar reformas institucionais que assegurem a independência dos Poderes e dos órgãos de controle; 3) despartidarizar as FFAA e as polícias e 4) punir os crimes praticados contra a democracia.

A experiência internacional pode nos oferecer caminhos imprescindíveis, porque vários países têm lidado com os mesmos problemas de radicalização, definida como um processo em que a participação política ocorre em apoio ao uso da violência para fins políticos (Wilner; Dubouloz, 2010). Nessa linha, assinalo aqui dois comentários apenas.

A Indonésia é um dos países fortemente atingidos por um processo de radicalização em uma onda de extrema-direita, que envolveu práticas de violência política e atos terroristas. O processo atingiu os ambientes religiosos, a administração pública e as escolas, sendo que os serviços de inteligência do país (*Badan Intelijen Negara*) estimaram que 39% dos jovens foram influenciados pelo processo de radicalização que propunha a transformação da Indonésia em um Estado Islâmico, sob um Califado. Estudo de Suyanto, Sirry e Sugihartati (2019) sobre a Indonésia, entretanto, mostrou que há muitos jovens que participam de movimentos extremistas, mas que não compartilham das noções proponentes da violência, sendo, portanto, “pseudoradicalizados”. Essa diferença tende a ser muito importante para se pensar em uma política pública de desradicalização no Brasil.

Outro ponto muito importante é o enfrentamento ao processo de radicalização realizado nas “bolhas” da internet. Grupos extremistas precisam de uma ecologia do ódio, e as redes sociais e as diversas plataformas de comunicação oferecem os recursos mais amplos para a promoção de ambientes radicalizados, protegendo-os do escrutínio público. Há vários estudos internacionais sobre o tema da desradicalização, porém pouco acúmulo no Brasil. O fato é que mudanças socioeconômicas e maior inclusão social parecem não produzir qualquer impacto no engajamento e nos ideais de grupos radicalizados. Como assinalaram Rink e Sharma (2016), em estudo sobre a violência política no Quênia, outro país que tem enfrentado sérios eventos promovidos por grupos extremistas, o processo de radicalização é melhor compreendido “de forma relacional, em um quadro orientado por ideias em oposição a uma abordagem estrutural a nível macro”.

Será preciso compreender essas dinâmicas relacionais se pretendemos avançar e consolidar a democracia no Brasil, o que assinala uma nova e talvez crucial pauta civilizacional.

Na penitenciária feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre, uma oficina de literatura leva obras de grandes autoras e incentiva mulheres a contarem suas próprias histórias.

Manicure e formada em Administração, Maricleia Müller viu sua vida virar do avesso quando foi presa com o companheiro, Estevão Andrade, em 29 de abril de 2020. Desse dia, ela guarda apenas flashes de memória: de ser separada do marido, das algemas, de dormir em uma delegacia até ser encaminhada ao presídio Madre Pelletier, na zona sul de Porto Alegre. Na sua cabeça, martelava uma necessidade que a guiou durante o cárcere: "Preciso me adaptar, preciso me adaptar". "Eu tentava pensar que era uma casa nova, uma casa que eu jamais imaginei entrar", disse, em entrevista ao *Extra Classe*. Ela não quis comentar qual foi o motivo da prisão.

Após 12 dias em isolamento devido às regras adotadas nos presídios durante a pandemia, Maricleia, enfim, chegou à galeria B2, que seria sua casa por dois anos e dois meses. Sua cela tinha uma cama e outras três mulheres, com quem fez uma amizade instantânea. Para não dar espaço à angústia de estar longe de casa e da família, ela decidiu se ocupar. Primeiro, foi "paineira", função de quem distribui as refeições dentro da cadeia. Depois, descobriu que havia uma biblioteca à espera de ser organizada. Se candidatou para a vaga e de lá não saiu mais. Lia todos os livros que chegavam como doação, desde romances espíritas aos "mais açucarados", como ela mesma classifica. Entre uma leitura e outra, catalogava os títulos. Em uma das oficinas do coletivo Balcão da Cidadania, personalizou seus próprios cadernos e começou a escrever – e não parou mais. Em um dos trechos de um texto de 26 de setembro de 2021, registrou: "Meu querido diário, cada palavra escolhida para enfeitar meu diário foi feita de coração e muitos sorrisos". Maricleia preencheu com esmero páginas e páginas de diários, em um esforço contínuo e comovente para não se abater.

por Juan Ortiz e Sílvia Lisboa

Foto: Igor Sperotto

À voz das mulheres privadas de liberdade

O exercício da escrita a levou ao projeto "A Palavra Tem Nome de Mulher", um grupo de leitura e redação literária criado em março por Helena Terra, autora do livro *Bonequinha de lixo* (2021). Hoje, a oficina funciona com cerca de 10 alunas no presídio feminino Madre Pelletier. A cada quinze dias, elas se reúnem para discutir literatura feita por mulheres, com obras de autoras como Hilda Hilst, Adélia Prado, Gabriela Silva e Wislawa Szymborska. As mulhe-

res privadas de liberdade não têm acesso à internet, computadores ou outras ferramentas digitais de processamento de texto. O uso de celular também é proibido para visitantes. Por isso, toda a produção das aulas é feita à mão.

"Em agosto de 2021, passei na frente do presídio e vi mães gritando na calçada pelas filhas. Aquilo começou a me doer, e por isso decidi criar o projeto", contou a escritora Helena, em entrevista ao *Extra Classe*. "O Madre Pelletier é

um ambiente muito mais seguro do que parece. Nunca senti medo lá dentro. A violência lá passa muito mais pelo processo de desumanização das mulheres privadas de liberdade", ressaltou.

As alunas da oficina são escolhidas diretamente pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), e já há lista de espera. Até agora, apenas uma pessoa desistiu das aulas: "Ela levantou e disse que não aguentava ouvir histórias tão tristes", lembra Helena. A maternidade e a saudade dos filhos são alguns dos temas que mais aparecem nos relatos. "Quando uma mulher é presa, isso reverbera de uma forma muito maior na família, por uma questão de patriarcado. São elas que cuidam da educação dos filhos", observa a autora. Segundo um relatório de 2019 do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), em torno de 74% das mulheres privadas de liberdade têm filhos. Além disso, mais de 60%

aguardam sentença da Justiça.

De acordo com a escritora, as participantes geralmente começam os exercícios de escrita com histórias fictícias, mas, aos poucos, vão inserindo pedaços de suas próprias biografias no texto. Um dos primeiros exercícios da oficina propôs que as participantes escrevessem sobre sonhos a partir da leitura de *Dreamlog* (2018), da jornalista Lívia Araújo.

A aluna Graciela Gonçalves, da galeria B1, resumiu o ato de sonhar da seguinte maneira:

Sonhar é traduzir aquilo tudo que na realidade, desejamos, é transformar nossos anseios em doces sensações de prazer. É cometer loucuras, sem medo. Confessar sentimentos ocultos, proibidos. Dormindo ou acordada o que importa é viver, em toda sua plenitude, um sonho de cada luz.

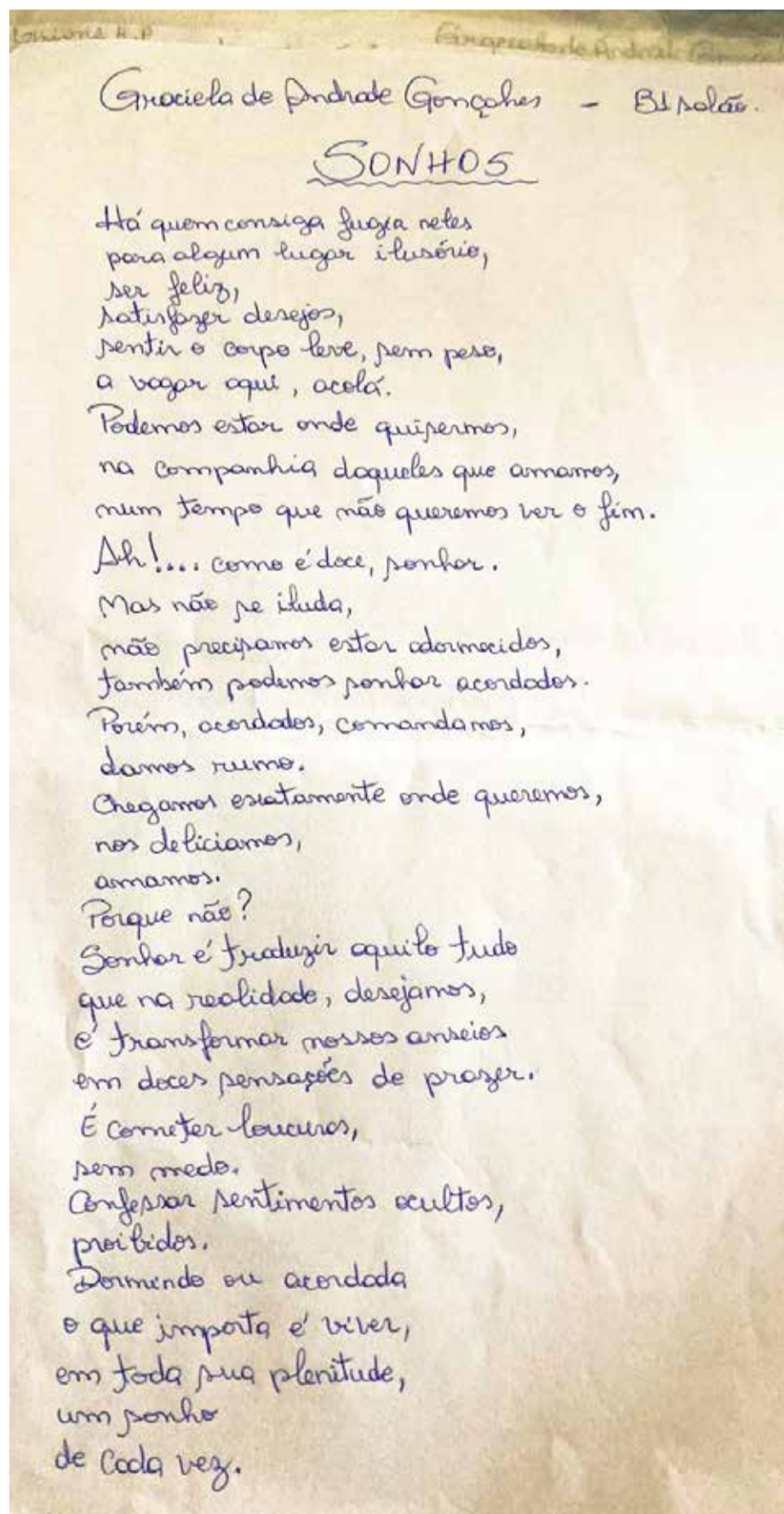


Foto: Igor Sperotto

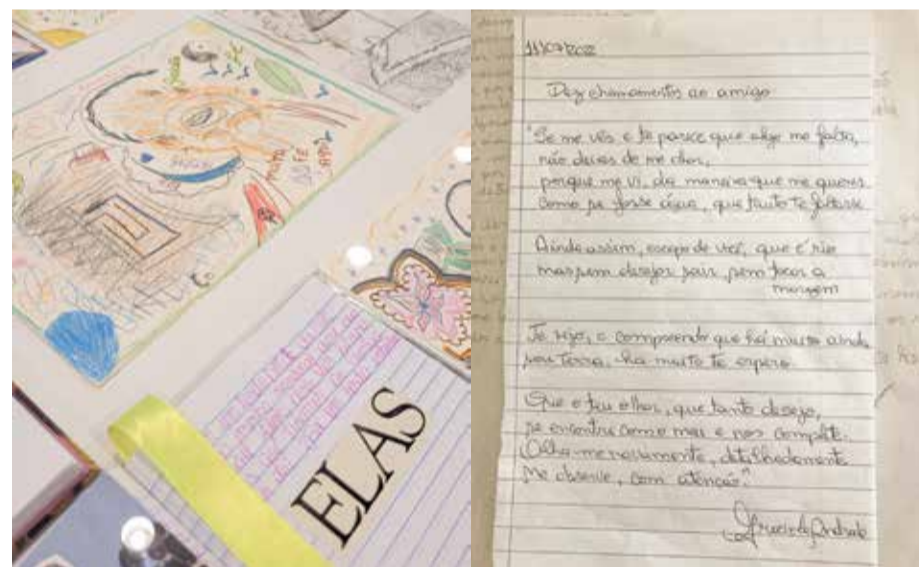


Foto: Igor Sperotto



A escritora Helena Terra fala para as participantes de evento do Balcão da Cidadania sobre as experiências de seu grupo de leitura e redação literária no presídio feminino Madre Pelletier. Nas demais fotos, reproduções de originais produzidos nas oficinas em exposição na CCMQ

O reencontro

Conversamos com Helena numa noite de quinta-feira, 13 de outubro, na Casa de Cultura Mário Quintana. Alguns minutos depois, ela reencontrou Maricleia – em liberdade há quatro meses. Ambas haviam sido convidadas para um ciclo de palestras organizado pelo Balcão da Cidadania sobre o cárcere feminino. “Toda sexta-feira, a gente chegava e a Maricleia vinha sempre com um sorriso no rosto”, lembrou uma das voluntárias da ONG. “O caso da prisão dela é a representação da falência do Estado”, acrescentou Helena.

No evento, algumas assistentes sociais da Susepe também compartilharam suas experiências como funcionárias no presídio feminino. “Fiquei oito anos trabalhando no Madre Pelletier. As mulheres presas me mostraram que eu não sou diferente delas. Se eu estivesse na mesma situação, talvez tivesse o mesmo desfecho. Basta um erro na vida de alguém para acabar lá”, ponderou Daiana Maturano.

Maricleia falou pouco no evento, mas contou como o contato com os livros e a escrita a ajudou a resistir ao tempo de cárcere. Ela se-

Foto: Igor Sperotto



Ciclo de palestras organizado pelo Balcão da Cidadania, em Porto Alegre. Maricleia ficou com orgulho o diário onde encontrou uma libertação alternativa, em pensamento – até que a própria justiça decidiu a seu favor.

Enfim, liberdade

Foto: Igor Sperotto



Maricleia ficou mais de dois anos privada de liberdade

Quando completou mais de dois anos presa, Maricleia desabou. A opção por ocupar as páginas dos seus cadernos personalizados com mensagens cheias de sentimentos de esperança e otimismo cedeu espaço ao desabafo. “2 anos, um mês e cinco dias são o tempo que estou privada de liberdade, longe do mundo lá fora. Saudade da minha família, principalmente dos meus animais de estimação, do Jorge, da Ursa, do Tigre, da Belinha. Nossa, a saudade deles é muito grande, não tô aguentando, não gosto nem de pensar neles, da minha família nem se fala.”

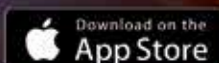
Pouco tempo depois do desabafo, Maricleia estava em uma aula quando recebeu uma papelada. Pensou que fosse mais um

livro para catalogar na biblioteca. “É a tua liberdade, me disseram”, ela lembra. “Minha liberdade foi dia 29 de junho”, dando materialidade ao conceito que a maioria não dimensiona. Um dia depois, ela saiu dos portões do Madre Pelletier, onde seus tios a esperavam. Agora, do lado de fora, ela quer viver ainda mais intensamente. “Eu já era ansiosa, queria sempre fazer de tudo. Agora tenho dois anos de energia acumulada”, disse. Os cadernos seguem sendo seus companheiros, e as páginas agora estão recheadas dos planos: tirar carteira de motorista, especializar-se mais no ofício de manicure, com esmaltação em gel e unhas de fibra, e se engajar em um projeto social que lhe garantiu uma outra liberdade, a do pensar.

Novo App do Sinpro/RS

Mais prático, mais completo, muito mais do seu jeito.

Baixe ou atualize o seu



ESPAÇO DO PROFESSOR
NOTÍCIAS
CONVÊNIOS
SALÁRIO CERTO
RANKING SALARIAL
BANCO DE CURRÍCULOS

SINPRO/RS
Sindicato Unificado



FRAGA

Espequitativas

Sei que o assunto a seguir pode ser desinteressante pro eventual leitor, mas o que escrever antes do resultado da eleição mais crucial da história do país? Gracias pela complacência

A maior parte dos meus almoços depende de mim: costume cozinhar. Sozinho ou a dois, são refeições com as surpresas – boas ou nem tanto – do improviso ao fogão.

(Breve digressão culinária: minha amorosa vó, que me criou, era péssima cozinheira, enquanto minha mãe era excelente na cozinha mas maternalmente incompetente. E quando eu pedia a uma ou à outra que me ensinassem a fazer arroz ou feijão, ambas repetiam a mesma cantilena: cozinha não é lugar de homem. O pouco que mais tarde aprendi foi com amigos bons nas panelas. Fim da digressão.)

Como eu dizia antes de eu mesmo me interromper, me alimento quase sempre às minhas custas. Daí o menu de cada dia, em geral um prato só. Domino alguns truques do refogado, meu arroz não é de se jogar fora nem no dia seguinte, e das especialidades que nada têm de especiais estão meus picadinhos. O resto vem das dicas de chefs no iutube.

Quem é capaz de preparar sua própria comida dá mais atenção ao apetite que à fome. Só que nas vezes em que estou só eu em casa, tenho à mesa as companhias possíveis: minhas expectativas. E elas, iguais àquelas de muita gente, andam famintas.

São variadas, essas expectativas, e vão da gula gastronômica à voracidade animal. A mais mirrada, pela falta de nutrição, é a expectativa política: depois do Brasil voltar ao mapa da fome, ela se desesperançou e o que sirvo não parece servir a ela.

Uma expectativa que volta e meia senta com a gente é a do emprego. Ela sabe que vivo das merrecas da aposentadoria, sabe que minha experiência profissional não encontra vaga no mercado, e por isso faz tsk, tsk diante dos pratos rasos que ofereço.

Eu tinha uma expectativa cultural, divertida e animada no passado. Nos dias de hoje, vive apática, e sai comigo mais por dó de mim que de otimismo com programas na cidade. Tem almoços que ela nem toca.

Quanto à segurança, essa expectativa engole furiosamente tudo que estiver ao alcance. Mesmo assim, continua se sentindo subalimentada, anêmica e, claro, insegura. Deve ser pelo medo das ruas que nunca vem jantar.

Ah, expectativas sociais vão bem, saudáveis e rosadas – graças aos velhos e novos amigos.

Bom, no que depender do resultado das eleições, vou repensar o cardápio pras expectativas: se der 13, muita picanha e cerveja sem álcool. Se der 22, antiácidos e purgantes, argh.

(Parte da inspiração da coluna veio do livro *Almoço*, do talentoso Pablito, quadrinista de Alvorada, que entrevistou a brilhante Eliane Brum lá em Altamira, Pará. Quem for à Feira do Livro pra comprar um único título, eis um primoroso projeto.)

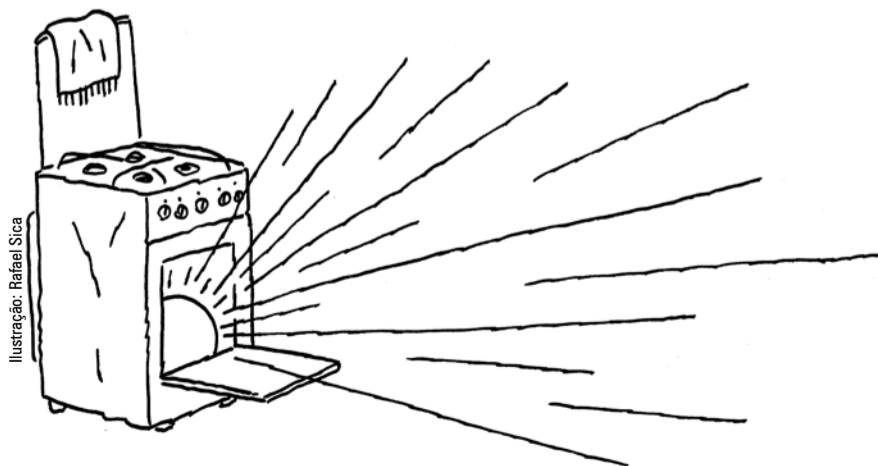


Ilustração: Rafael Sica

PROGRAMAÇÃO
ECARTAA agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS híbridos

Porto Alegre | 18h | Entrada franca

Local: presencial – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). É obrigatória a apresentação do passaporte vacinal; **virtual** – transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

5/11 – Lucian Krolow e a Flauta Brasileira.

16/11 – Angelo Primon em trio.

Foto: Celsa Gomes



19/11 – *Linha de frente*, com Marie Jafy, Duda Cunha, Isaías Luz e Dy Ferranddis. Local: especialmente na Associação Cultural Vila Flores (Rua São Carlos, 753, em Porto Alegre), junto ao Festival do Barro.

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca | De terças a domingos, das 10h às 18h, inclusive feriados.

4/11 – Inauguração da mostra *Sobre o que sonha*, de Sandro Ka, com curadoria de Roger Lerina. Visitação até 4/12, de terças a domingos, das 10h às 18h, inclusive feriado.

Foto: Igor Sperotto



4/11 – Inauguração da mostra *Desagrado*, de Kamil Bouviet, no projeto *Potência*, com curadoria de André Venzon.

CONVERSA DE PROFESSOR

17/11, 19h – Painel *Alfabetização e Síndrome de Down*, com a professora do Departamento de Ensino, da Faculdade de Educação da UFPel, presidente da Comissão de Apoio ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade. Transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.

NÚCLEO CULTURAL DO VINHO

10/11, 19h30 – *Merlot ou Carménère?*

Palestra com degustação às cegas. Inscrição: R\$ 70,00.

SOLIDARIEDADE

Quinzenal – Cozinha Solidária – Preparação e distribuição de refeições para as pessoas em situação de rua de Porto Alegre. Para isso, a Ecarta está recolhendo doações como molho, salsicha, linguiça, massa de tomate, milho, ervilha, entre outros. Doações podem ser entregues na sede da Ecarta, em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 943).



VERISSIMO

Vergonhas

Hoje, os turistas sexuais que desembarcam de aviões no Rio ou no nordeste brasileiro dispensam a estrela-guia sedutora

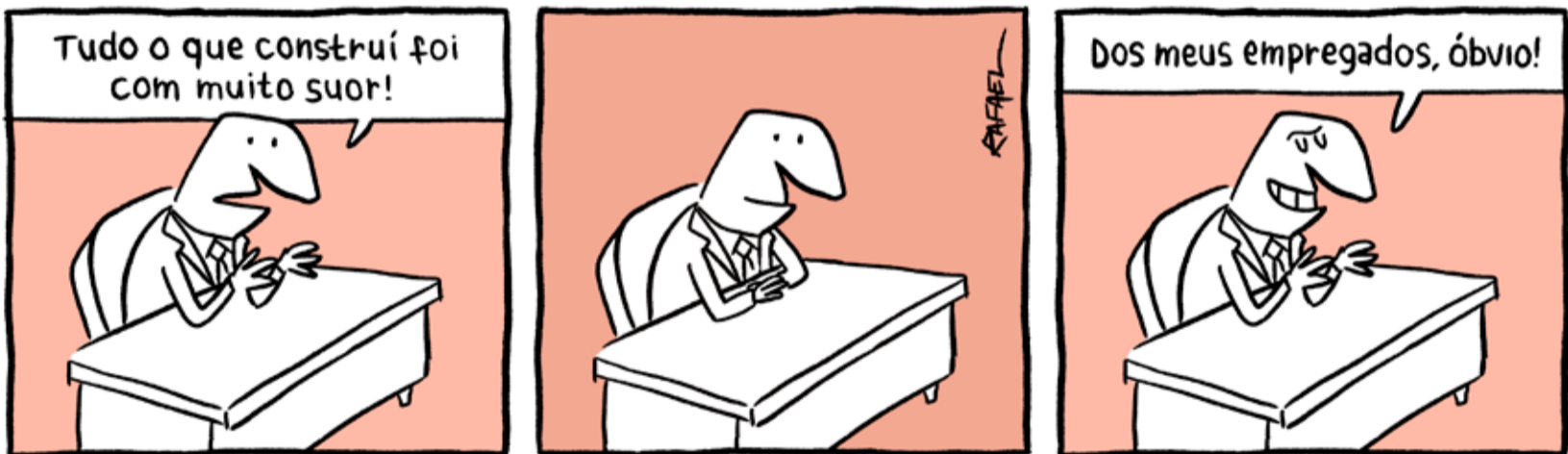
Brasil mantém vivos os mitos que faziam os europeus se lançarem ao mar em cascas de nozes na conquista do desconhecido. Eles vinham para este Outro Mundo para explorar, subjugar, catequisar e – no caso dos portugueses – porque era preciso, mas também vinham atrás de fantasias. Uma das mais chamativas era a fantasia erótica. A expansão do cristianismo se misturava com a expansão dos sentidos reprimidos na Europa da Reforma. Não é preciso ir além de *Os Lusíadas* para flagrar (como fez, num livro fascinante chamado *The Book of Babel*, o inglês Nigel Lewis) a confusão, nas almas navegadoras portuguesas, entre a Virgem Maria, padroeira de Portugal e protetora dos seus navios, e Vênus, a estrela do mar, guiando-as para a Ilha do Amor e outros prazeres pagãos em paraísos ainda não conquistados. A Virgem com ares de Vênus de Camões é um pouco a Vênus com cara de Virgem de Botticelli, saindo de dentro de um “coquille Saint Jacques”, outra tentação marítima. A confusão é antiga. Maria vem de “mare”. Afrodite, o outro nome de Vênus, quer dizer “nascida da espuma” (“aphrós”, em grego). A espuma do mar tem conotação sexual e simboliza o esperma em vários mitos de origem – e não vamos nem falar nas alusões sexuais de conchas e moluscos. A fantasia era poderosa, e os fatos muitas vezes a reforçavam, com simbolismo irresistível. A grande aventura atrás de lucro e conhecimento, mas insuflada pela testosterona, teve uma espécie de síntese casual na primeira viagem do capitão Cook, em 1769. A viagem



era para fazer um estudo astronômico da trajetória de Vênus. Acabou na descoberta da Polinésia, um arquipélago do Amor, e das suas nativas desinibidas e dadas. Hoje, os turistas sexuais que desembarcam de aviões no Rio ou no nordeste brasileiro dispensam a estrela-guia sedutora. Navegam pela nossa reputação, mas perseguem a mesma fantasia. E o que os entusiasma nas nossas nativas pré-adolescentes devem ser as mesmas “vergonhas tão altas e tão cerradinhas, de a nós muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha” que entusiasmaram Pero Vaz de Caminha há 500 anos. Nada, na verdade, mudou.

Outro mito que o Brasil se encarregou de não deixar morrer é o de El Dorado, a fantasia da fortuna instantânea. El Dorado existe, e é aqui. Ou foi aqui, no mês de janeiro, quando alguns bancos lucraram de um dia para o outro o que provavelmente ninguém tinha lucrado de uma vez só, dentro da lei, em 500 anos. E não tivemos nenhuma vergonha.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Contribuir com o Sinpro/RS é investimento com retorno garantido e imediato.



Garantia de direitos com as Convenções Coletivas de Trabalho



Os melhores planos de saúde e odontológico



Cartão do associado com descontos em produtos e serviços



Hotel Casa do Professor para associados e familiares em Porto Alegre